



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

RENATA ALMEIDA LEÃO

**EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES E JOVENS NA
CONTEMPORANEIDADE: análise das determinações da exploração a
partir da experiência no Projeto ViraVida-SESI/RN**

NATAL – RN
2013

RENATA ALMEIDA LEÃO

**EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES E JOVENS NA
CONTEMPORANEIDADE: análise das determinações da exploração a
partir da experiência no Projeto ViraVida-SESI/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Msc. Maria de Fátima J. Marques.

NATAL – RN

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Leão, Renata Almeida.

Exploração sexual de adolescentes e jovens na contemporaneidade: análise das determinações da exploração a partir da experiência no Projeto ViraVida SESI/RN / Renata Almeida Leão. - Natal, RN, 2013.

79f.

Orientadora: Prof.^a M. Sc. Maria de Fátima Jeronimo Marques.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço Social.

1. Exploração sexual - Adolescentes e jovens - Monografia. 2. Projeto ViraVidas - Monografia. 3. Questão social - Monografia. 4. Direitos humanos - Monografia. I. Marques, Maria de Fátima Jeronimo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364.633

RENATA ALMEIDA LEÃO

**EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES E JOVENS NA
CONTEMPORANEIDADE: análise das determinações da exploração a
partir da experiência no Projeto ViraVida-SESI/RN**

Natal/RN – Aprovada em _____ de dezembro de 2013

BANCA EXAMINADORA

Profª Ms Maria de Fátima Jeronimo Marques - UFRN
(Orientadora)

Profª Ms Elisângela Cardozo – UFRN
(Membro)

Rosana Soares – Assistente Social do Projeto ViraVida SESI/RN
(Membro)

NATAL – RN

2013

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo apoio incondicional e por serem exemplos de perseverança e honestidade, sentimentos e uma dedicação que levarei comigo por toda a vida pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus pelo dom da vida e pelos demais dons que me confiou. Por aumentar a minha fé a cada dia, estando comigo sempre, em todos os momentos, não permitindo que eu caísse ou desistisse dos meus objetivos.

Aos meus pais, Aldo e Fátima Leão, com todo o meu amor, carinho e sincera gratidão, por tudo que fizeram, estão fazendo e certamente continuarão a fazer por mim na vida. Obrigada pelos exemplos, conselhos e, sobretudo, pelo apoio, por acreditarem em mim mais do que eu mesma, sempre me impulsionando a realizar meus sonhos. Vocês são o meu maior exemplo, me ensinaram a ser o que eu sou e, sem dúvida, não teria chegado até aqui sem a ajuda e a dedicação incondicional de vocês.

A minha tia Maria de Lourdes, também pelo apoio e incentivo que sempre me deu durante toda a graduação. Compactuar meus sonhos com você foi uma importante alavanca para seguir em frente e chegar onde estou.

As minhas amigas do curso de Serviço Social, Angélica, Jessica, Thazia, Edinah, Jane, Rafaella, Amanda, Priscila e Cadydja, muito obrigada pela amizade, por nossas brincadeiras, parcerias de trabalhos acadêmicos e apoio. Todas vocês tornaram o meu percurso até aqui muito mais doce e divertido.

As supervisoras de estágio extracurricular, Jéssica, Michelle, Alessandra, Daniele, Zulmira e Suzana. Obrigada por contribuírem com a minha formação profissional e pessoal, além de me ensinarem o trabalho em equipe, apesar das dificuldades e da precarização do trabalho que vivenciamos no dia-a-dia profissional.

As supervisoras acadêmica e de campo, Fátima Marques e Rosana Soares, respectivamente. Sem dúvida, ambas são exemplos da assistente social que desejo verdadeiramente ser deste momento em diante e sou muito grata pelas orientações, conversas, esclarecimentos e paciência durante todo esse processo. A contribuição de vocês foi essencial para a realização deste e outros trabalhos.

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já têm a forma de nossos corpos e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia. E se não ousarmos fazê-la teremos ficado para sempre à margem de nós mesmos”.

Fernando Pessoa.

RESUMO

Este trabalho apresenta a discussão sobre a temática da exploração sexual de adolescentes e jovens na contemporaneidade e suas principais determinações, tendo como referência os adolescentes e jovens do Projeto ViraVida do SESI/RN. O objetivo deste trabalho é problematizar criticamente sobre os principais determinantes que levam inúmeros/as adolescentes e jovens à ótica da exploração sexual. O objeto foi delineado a partir da realidade evidenciada com a experiência de estágio curricular obrigatório realizado no projeto ViraVida/SESI e a necessidade pessoal de aprofundar os estudos a respeito da problemática. A exploração sexual é um fenômeno de proporções mundiais, atrelada à sociabilidade capitalista da qual fazemos parte, as desigualdades sociais e econômicas criadas e recriadas cotidianamente por essa sociabilidade. Nesse sentido, a importância de apreender o objeto para além das análises imediatistas e subjetivistas reconhecendo o terreno contraditório que perpassa a vida de milhares de crianças, adolescentes e jovens no nosso país. Como procedimento metodológico foi utilizado a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica partiu de alguns autores que se debruçam sobre o tema, como Faleiros, Leal, Diógenes e revelou-nos a escassez de elaborações sobre a temática, além de serem poucos os autores que escrevem sobre o assunto a partir da perspectiva de totalidade. Os estudos orientados na perspectiva crítica analisam a exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens como uma atividade desumana, que viola direitos, com implicações duradouras na vida desses sujeitos. Majoritariamente, vinculada a necessidade de sobrevivência dos sujeitos que nela se inserem. A pesquisa documental consistiu na análise de relatórios de entrevistas dos jovens ao ViraVida em 2013, possibilitando a construção do perfil desses jovens e o incremento das informações contidas neste trabalho. Busca-se, assim, contribuir para a elaboração de referenciais e dados relativos à exploração sexual, fortalecendo as discussões, os debates e a reflexão, juntamente com a compreensão da necessidade da criação de estratégias para o enfrentamento.

Palavras-chave: Exploração Sexual. Determinações. ViraVida.

ABSTRACT

This paper presents a discussion on the issue of sexual exploitation of young people in contemporary society and its main determinations, with reference to adolescents and youth Project ViraVida SESI / RN. The objective of this work is to critically discuss about the key determinants that lead many / adolescents and young perspective to sexual exploitation. The object was designed from the demonstrated experience with the curricular internship in ViraVida / SESI and personal need for further studies of the problematic project a reality. Sexual exploitation is a phenomenon of global proportions, tied to capitalist sociability to which we belong, social and economic inequalities created and recreated daily by this sociability. In this sense, the importance of grasping the object beyond the immediacy and subjectivist analysis recognizing the contradictory terrain that permeates the lives of thousands of children, adolescents and young people in our country. As a methodological procedure to bibliographic and documentary research was used. A search was started from some authors who focus on the subject, as Faleiros, Leal, Diogenes and showed us the lack of elaboration on the subject , besides being few writers on the subject from the perspective of totality. Oriented studies in critical perspective analyze the sexual exploitation of children, adolescents and young people as an inhumane activity that violates rights, with lasting implications to these subjects. Mostly, linked to the need for survival of the subjects that fall within it. The desk research involved the analysis of reports of interviews of young people to ViraVida in 2013, allowing the construction of the profile of these young people and the increase of information contained in this work. The aim is thus to contribute to the development of benchmarks and data on sexual exploitation, strengthening the discussions, debates and reflection, along with understanding the need to develop strategies for coping.

Keywords: Sexual Exploitation. Determinations. ViraVida.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1 – O quantitativo de jovens pesquisados no ViraVida e faixa etária.....	47
QUADRO 2 – Escolaridade dos jovens inscritos no Projeto ViraVida	49
GRAFICO 1 – Sexo/Gênero dos/as jovens do Projeto ViraVida	49
GRAFICO 2 – Distribuição dos sujeitos por bairros	53
GRAFICO 3 – Indicativos de conhecimento da família sobre a condição de exploração	60
GRAFICO 4 – Situação de habitação dos sujeitos	62
GRÁFICO 5 – Violação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 QUESTÃO SOCIAL, EXPLORAÇÃO SEXUAL E DIREITOS HUMANOS.....	16
2.1 A DIMENSÃO CONCEITUAL E A RELAÇÃO ENTRE EXPLORAÇÃO SEXUAL E A MERCANTILIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS.....	17
2.2 INVESTIDAS DO CAPITAL, ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL E A EXPLORAÇÃO SEXUAL	30
3 O PROJETO VIRAVIDA E A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR..	42
3.1 O PERFIL DOS ADOLESCENTES E JOVENS DO PROJETO VIRAVIDA-SESI/RN.....	44
3.2 OS DETERMINANTES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES E JOVENS: PARTICULARIDADES DO PROJETO VIRAVIDA.....	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICES.....	77
APÊNDICE A – INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS.....	78

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem como proposta abordar a temática da exploração sexual de adolescentes e jovens, fenômeno crescente na cena contemporânea. Trata-se de um fenômeno antigo, mas com particularidades e complexidades distintas conforme se acirram as expressões da questão social nas diversas conjunturas históricas. Nesse sentido, o trabalho ora exposto busca aprofundar as reflexões sobre a temática e, ainda contribuir para a elaboração de referências que sejam subsidiárias ao debate e a apreensão desse problema.

A motivação para o debate do tema surgiu a partir da experiência de estágio curricular obrigatório realizado no Projeto ViraVida do SESI/RN. O projeto atua no enfrentamento da exploração sexual, propondo resgatar adolescentes e jovens desse contexto, proporcionando-lhes cursos profissionalizantes e oportunidades de emprego. Com a inserção no campo de estágio pude constatar a complexidade da temática e seus inúmeros determinantes, de modo que optei por estudar o assunto a fim de aprofundar o entendimento e formular concepções mais ampliadas acerca do âmbito da exploração sexual.

A compreensão dos fatores determinantes da inserção na exploração sexual é de fundamental importância para que se possa desmistificar concepções equivocadas acerca do assunto, assim como desenvolver estratégias, políticas e ações de enfrentamento abrangentes e efetivos, que considerem a dimensão econômica, cultural, social que perpassa o cotidiano e as relações familiares desses sujeitos.

Em tempos de contrarreforma do Estado sob a orientação do ideário neoliberal, as políticas públicas apresentam-se de forma superficial e insuficientes para um efetivo enfrentamento da problemática. No que se refere ao segmento da população infanto-juvenil no Brasil, identificamos o descumprimento de legislações, como o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Estatuto da Juventude, que foram criados como mecanismos de proteção, mas que não tem alcançado o cumprimento necessário no âmbito do Estado e da sociedade civil.

Entendemos que, embora não seja possível concretizar a extinção da problemática sob os marcos da sociabilidade do capital (haja vista que as mais variadas formas de exploração e opressão são funcionais ao seu desenvolvimento),

a elaboração de políticas públicas e a ampliação dos direitos de cidadania se constituem mecanismos essenciais para o enfrentamento a essa situação degradante, na qual se encontram milhares de adolescentes e jovens no nosso país.

Diante do exposto, pretende-se, neste trabalho, abordar e discutir a problemática da exploração sexual, identificando suas variadas configurações e determinações que necessitam ser descortinadas para uma apreensão real do fenômeno que cresce a passos largos dentro e fora do Brasil, violando não só os direitos, mas a integridade, o processo de formação e construção de indivíduos que estão em fase peculiar de seu desenvolvimento.

Em 2011, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República formulou o *Relatório Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente* o estudo revelou que, os número de denúncias ter sofrido aumentos consideráveis nos estados brasileiros, os índices de exploração sexual de crianças e adolescentes são alarmantes. Em 2011 o Disque 100 atendeu cerca de 2.937.394 denúncias de casos de violência contra crianças e adolescentes, incluindo a exploração sexual, o que nos mostra a amplitude da problemática no Brasil. Esses dados ainda podem não ser os dados reais, isto porque muitos casos não são denunciados¹.

O relatório também revelou que das regiões brasileiras, o Nordeste é a que mais realiza denúncias, com um percentual de 39%. O número correspondente a 19.665 denúncias por ano, um número superior ao encontrado nas demais regiões do país.

Partindo desse pressuposto, constata-se a importância da discussão sobre a exploração sexual no âmbito acadêmico e nos diversos espaços de nossa sociedade, de forma crítica e qualificada como pressuposto para a superação de concepções individualizantes, culpabilizantes e preconceituosas. É imprescindível atentarmos para a seriedade e a gravidade desse assunto que tem proporções gigantescas, com o envolvimento dos mais variados atores e por isso pressupõe um aprofundamento sólido, para que sejam descobertos os seus reais condicionantes, levando-nos ao enfrentamento efetivo desta atividade exploratória.

Inicialmente, pretendíamos também problematizar sobre a rede de enfrentamento da exploração sexual, bem como algumas estratégias de

¹ O referido relatório está disponível na íntegra em: http://portal.mj.gov.br/sedh/spdca/T/RELATORIO%202011%20_agosto_.pdf. Acesso em 10 de Nov. 2013.

enfrentamento a essa problemática, considerando as políticas para a juventude, os entraves e os avanços a partir de legislações como o Estatuto da Juventude e o Estatuto da Criança e do Adolescente, visando ampliar ainda mais os níveis de reflexão e debate que se desenvolvem no decorrer deste trabalho. Entretanto, as limitações de tempo e de literatura produzida recentemente a esse respeito nos impediram de atingir este plano. Assim, portanto, surge uma oportunidade de pesquisa e discussão para trabalhos futuros.

Apesar disto, acredita-se que este trabalho cumpriu minimamente seu principal objetivo, sobretudo, no que se refere à problematização da questão da exploração sexual de adolescentes e jovens, refletindo criticamente a partir da realidade dos jovens do ViraVida: como se dá a ocorrência dessa exploração e a caracterização de seus determinantes. Foi possível também socializar conhecimentos e elaborar novas concepções e análises a partir da vivência do estágio e do contato com os jovens do projeto.

Quanto à natureza da pesquisa, este trabalho foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental que objetivou impulsionar uma reflexão teórica acerca da exploração sexual, entendendo este como um fenômeno multifacetado, com variados condicionantes inscritos na dinâmica da sociabilidade vigente.

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa uma vez que se pode descrever e interpretar as informações coletadas, analisando-as, além de fortalecer e incrementar a veracidade das constatações e identificar as causas do problema a partir de dados estatísticos, traduzindo em números aquilo que estará sendo analisado, proporcionando maior aproximação do problema.

Os dados que foram de fundamental importância para o incremento das análises realizadas neste estudo foram fornecidos pelo Projeto ViraVida do SESI/RN, que permitiram a utilização de informações contidas nos documentos referentes ao Processo de Inserção de adolescentes e jovens do ano de 2013.

Por ano são inseridos no ViraVida cem jovens que são entrevistados individualmente pela Assistente Social e a Psicóloga. Durante o período de realização do estágio curricular obrigatório tive a oportunidade de acompanhar todo

o Processo de Inserção ocorrido em 2013², do qual essas entrevistas foram extraídas.

A sequência de entrevistas com os jovens se repete, geralmente, no período de um ano, onde as turmas anteriores, que já terminaram seus cursos profissionalizantes, deixam o projeto para serem inseridas no mercado de trabalho e dão lugar à novas turmas, que passarão então pelo mesmo processo de entrevistas, dinâmicas de apresentação, e outros mecanismos de avaliação para que possam ser inseridas no projeto por um ano.

Em geral os cursos do ViraVida tem duração de aproximadamente um ano e os jovens são distribuídos por turmas de acordo com a quantidade de cursos que estarão sendo ofertados pelo projeto, que oferece em média quatro modalidades de cursos, bem como também se considera os níveis de escolaridade dos jovens e suas perspectivas profissionais. Assim cada turma contém cerca de vinte e cinco jovens.

Como estagiária também acompanhei, posteriormente, a elaboração dos relatórios das entrevistas, utilizadas posteriormente, na pesquisa para a construção e apresentação do perfil desses adolescentes e jovens do projeto. Foram analisados cinquenta relatórios de entrevistas, que representam uma amostra de 50% do total de cem jovens que foram inseridos no ViraVida em 2013. Os resultados desta construção, como já mencionado, estão descritos na segunda sessão deste trabalho monográfico.

Destaca-se que para a coleta de dados foi utilizado um instrumental com questões norteantes para a montagem do perfil e filtragem de informações. Esse instrumental possuía pontos a serem observados nos relatórios, como a idade, o grau de escolaridade, filhos, informações familiares relevantes, dentre outras e foram subsidiários ao incremento das análises e informações descritas neste estudo.

A exposição do trabalho está organizada da seguinte forma: uma introdução onde apresentamos o objeto de estudo. Duas sessões reflexivas e considerações finais.

² O Processo de Inserção do ViraVida em 2013 ocorreu nos meses de Fevereiro e Março e dele fazem parte as entrevistas. Paralelamente a esse processo também foram produzidos os relatórios das entrevistas realizadas. O estudo e filtragem desses relatórios para subsidiarem as colocações a serem feitas neste trabalho ocorreram no mês de Outubro de 2013.

Na primeira sessão discute-se relação entre exploração sexual e a questão social. Essa, entendida como fruto da lógica opressora capitalista que explora os sujeitos arbitrariamente em busca de lucros. Empreendeu-se a necessidade de problematizar o tema como violação dos direitos humanos, haja vista que, este é um cenário que se apresenta a muitos jovens na atualidade e é de completa negação de direitos. Para tanto, foi necessário conhecermos a exploração sexual igualmente em seus aspectos conceituais, a fim de ampliar a reflexão e o entendimento do fenômeno, diferenciando-o, inclusive, de outros como o abuso sexual, por exemplo.

Na segunda sessão, abordamos as determinações dessa exploração sexual na vida dos adolescentes e jovens que estão inseridos no Projeto ViraVida. Antes de adentrarmos as análises sobre as determinações da exploração sexual e a inserção dos jovens nesse contexto, nos dedicamos em construir o perfil dos jovens do Projeto ViraVida. A construção deste perfil terá uma contribuição indispensável, haja vista que, “os indicadores servem para a descrição de situações, contabilidade social, definição de prioridades, avaliação de políticas e planificação de ações” (FALEIROS, 1998, p. 16). Com isso, será possível fundamentar e articular o que temos discutido, bem como produzirmos uma espécie de diagnóstico, ainda que tímido, diante das contradições que perpassam a temática da exploração sexual e das limitações deste trabalho.

Para fins de conclusão, as considerações finais tecem uma reflexão a partir do conjunto de questões postas neste trabalho, tendo como pontos principais de discussão das políticas públicas para a juventude na contemporaneidade; a vinculação da exploração sexual à questão social; articulação entre a problemática em foco e o processo de desenvolvimento do capitalismo.

Menciona-se, inclusive, a importância do debate e da aproximação do Serviço Social e esta problemática pelas particularidades históricas da categoria profissional de luta em defesa da classe trabalhadora, da justiça e igualdade social, dentre outras contribuições da profissão para o enfrentamento dessa questão.

2 QUESTÃO SOCIAL, EXPLORAÇÃO SEXUAL E DIREITOS HUMANOS

A violência sexual e especificamente a exploração sexual contra crianças e adolescentes se configura como um problema de nível mundial e, não se trata de um fenômeno que envolve apenas as classes subalternas, apresenta-se também nos diversos segmentos e classes sociais. Contudo, as condições reais de vida das classes subalternas, marcadas pela expropriação das condições mínimas de sobrevivência, tem se constituído como um dos fatores determinantes da exploração sexual.

Nesse sentido é válido salientar que a configuração territorial de determinadas regiões e países, que apresentam praias e regiões litorâneas que propiciam a exposição e a cooptação de crianças, adolescentes e jovens, dentre outros fatores, faz com que alguns locais disseminem com maior facilidade e mais rapidamente a exploração sexual, devido principalmente à vulnerabilidade social, econômica e familiar que apresentam, embora este seja um problema de proporções mundiais.

Temos acompanhado pela mídia, jornais e em estudos, como os de Glória Diógenes (2010), Faleiros (1998) que a exploração sexual têm tomado configurações por todo o Brasil. Esse cenário fica ainda mais estarrecedor quando consideramos o fato de vivermos em um país onde a riqueza que produzimos poderia ser capaz de sanar a fome de inúmeros brasileiros que vivem na linha da extrema pobreza ou em precárias condições de subsistência, se distribuída equitativamente, mas, no entanto, essa riqueza é distribuída de forma tão desigual que nem mesmo uma parcela considerável tem acesso a ela, isto é, todos os bens que produzimos, e não são poucos, não conseguem gerar para a grande maioria dos brasileiros emprego, renda, educação, nem tampouco condições dignas de moradia, porque são apropriados de forma desigual.

Esse contexto de negação de direitos e falta de oportunidade, acaba contribuindo em larga escala para que os adolescentes e jovens brasileiros sejam envolvidos na rede de exploração sexual. Por isso, a reflexão acerca dessa problemática se faz necessária, considerando que não se pode compactuar com o crescimento de algo que só tende à expropriação de direitos.

2.1 A DIMENSÃO CONCEITUAL E A RELAÇÃO ENTRE EXPLORAÇÃO SEXUAL E A MERCANTILIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

No livro “Criança e Adolescente: sujeitos de direitos” diversos autores, como Heleno (2010); Ferreira (2010) e Salum (2010) descrevem crianças e adolescentes como sendo de fato sujeitos de direitos. No entanto, tais autores fazem referência a esses direitos considerando como marco dessa conquista o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, aprovado em 1990, isto é, ocorre uma relação entre a aquisição de direitos e um espaço de tempo de pouco mais de vinte anos.

Dessa forma é possível constatar que anteriormente à criação do ECA, não havia o reconhecimento de crianças e adolescentes enquanto detentores de direitos. Reafirmando essa postura, Ariés (1978) apud Salum (2010, p. 49) destaca que “a separação da vida em etapas – infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice, foi iniciada a partir do século XVII”. Antes disso, as diferenças eram consideradas em nível macro e não como particularidades de diferentes etapas da vida, logo o fato de a infância e a adolescência não serem vistas como particularidades colocava as crianças e adolescentes como sendo sujeitos iguais aos adultos, submetendo-os a expropriação de direitos.

Ainda segundo Salum (2010, p. 49) “a criança era vista como um adulto em miniatura, participando da vida social e do trabalho como adultos”. Em seguida, a autora complementa afirmando que é recente a distinção entre a infância e adolescência que temos hoje, pois esta data do final do século XVIII e início do século XIX. Assim, vemos que apesar de ter sido consolidado e fortalecido com o ECA o ideal de crianças e adolescentes sujeitos de direitos, este é um cenário oriundo da década de 1990 apenas, porque antes não havia essa forma de classificação.

O breve relato desse contexto histórico nos leva a refletir acerca do que ocorria para o seguimento da juventude no Brasil antes do ECA em 1990. A esse respeito, Heleno (2010, p.19) coloca que na década de 1980 vigorava no país o antigo Código de Menores e que este, por sua vez, era criticado devido a sua postura punitiva e cerceadora. Para a autora a implementação do ECA em 1990, trouxe inovações e abriu um paradigma para a construção das políticas públicas,

uma vez que passou-se a olhar para a infância e adolescência no Brasil considerando suas singularidades de indivíduos ainda em desenvolvimento.

Porém é devido atentarmos para questões como a mortalidade infantil, a drogadição, a criminalização da pobreza, dentre outros aspectos como a própria exploração sexual da qual tratamos aqui, para concluirmos que apesar da reconhecida conquista que representa o ECA, muito ainda precisa ser feito para que possamos chegar à materialização dos direitos que são pertencentes à juventude brasileira.

Por isso, autores como Leal (1999) apud Contini e Amorim (2009) destacam que a criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas objeto da dominação dos adultos, tanto através da exploração de seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão, fator que nos leva a analisar que o abuso sexual e a exploração sexual também se manifestam como fruto das relações de poder, como produto de relações sociais construídas de forma desigual.

O abuso sexual se institui no contexto em que as relações de poder no espaço familiar³ conduzem a violação de direitos de crianças e adolescentes, a partir de uma concepção adultocêntrica que centraliza a figura do adulto, em virtude de uma hierarquia que impulsiona os adultos a agirem de forma autoritária, suprimindo os desejos e anseios da criança e do adolescente, vistos segundo o juízo do adulto, que atua como negligenciador da obrigação de proteger seus dependentes, tendo em vista que ao invés da proteção ele assume a postura de abusador.

A respeito dessas relações de poder, Faleiros (1998, p.11) considera que esse poder não se manifesta apenas com o uso da força do adulto, do mais velho, também ocorre a partir das artimanhas de sedução, das formas de persuadir o imaginário, de modo que a criança ou o adolescente que é a vítima, se pareça um preferido. Com isso, essas artimanhas acabam por impulsionar uma inversão direta da relação de proteção, para uma relação desprotetora e prejudicial, além de ser perversamente traumática para a vítima.

³ O abuso sexual, bem como as relações de poder que dele se originam, se instituem prioritariamente no espaço familiar, mas não somente neste espaço, pois considerando as outras modalidades da violência sexual, como a exploração sexual e o abuso sexual, a pedofilia, observamos que esse tipo de ação na sociedade também é passível de ocorrer em outros contextos que não apenas na família, mas também nas ruas, em ambientes de trabalho, além de outros.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar a importância de considerarmos as crianças, os adolescentes e jovens, como sujeitos de direitos que não podem nem devem ser submetidos a dominação dos indivíduos adultos como se não fossem portadores de sua individualidade relativa a seu corpo, suas vontades, seus direitos. Dessa forma, é necessário desmistificar a noção coletiva de que estes são seres inacabados e que por isso precisam ser submetidos a normas de uma hierarquia rigorosa, ao invés de incentivar o exercício de sua autonomia.

Ainda segundo Contini e Amorim (2009), assim como Heleno (2010), nos últimos anos observa-se um movimento no sentido de considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Embora que, mesmo tendo esse reconhecimento, esse segmento continue sendo vítima da exploração sexual, abuso sexual, dentre outras situações degradantes e vexatórias que violam os princípios descritos na Constituição Federal de 1988 que foram reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990.

Nesse sentido, devemos refletir sobre as formas de enfrentamento desse fenômeno tão complexo e, para tanto, se faz necessário conhecermos os determinantes da inserção de adolescentes e jovens nesse contexto de modo que se possa garantir a participação social na promoção da igualdade e valorização da diversidade que atravessam a violência sexual, discutindo formas viáveis de superação dessa problemática.

Para além disso é preciso analisarmos o fato de que inúmeros grupos de crianças, adolescentes e jovens têm sido alvo de situações extremas de negação de direitos em diversas formas, sendo a exploração sexual a pior delas que faz com que esses segmentos sejam expostos a todo tipo de expropriação de direitos, como uma espécie de reação em cadeia, que tem início com uma parcela de privações e negações ainda na infância e que persiste, até que a prevalência desse contexto negligenciador passa a ser sem precedentes.

É importante conscientizar os próprios adolescentes e jovens e até mesmo as crianças sobre o que representa realmente essa violação e como ela ocorre em um contexto prático, pois uma parcela bastante significativa desse público tem seus direitos negados, sofrem as mais variadas violações, ao mesmo tempo em que desconhecem essas atitudes, isto é, não se percebem enquanto sujeitos violados, não entendem que o ocorrido com eles representa o descumprimento de sua proteção que é garantida por lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente -

ECA, mas é arbitrariamente desrespeitada pelo Estado e pelos indivíduos que compactuam com a exploração sexual, quando deveriam ter atitudes condizentes com a proteção integral deste público.

Contini e Amorim (2009), alertam para a importância da sexualidade vivida na fase mais adequada para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, tendo em vista que a sexualidade quando vivida precocemente pode ter repercussões negativas na vida em sociedade, nas relações interpessoais que eles estabelecem, nas escolhas e projetos de vida que constituem e em suas formas de interação pessoal e social. Desse modo, as autoras trazem que:

As expressões da sexualidade e as interações compatíveis com a idade da criança e do adolescente, sem violências e discriminações, são fundamentais para a dinâmica societária, em que sujeitos possam interagir com a diversidade de visão de mundo, de escolhas e de construção do seu projeto de vida, pautados nos direitos e deveres de cidadão (CONTINI e AMORIM, 2009, p. 105).

Dialogando com o posicionamento das referidas autoras acerca de uma sexualidade vivida adequadamente, cabe aqui esclarecer e diferenciar o conceito de violência intrafamiliar que, por sua vez, é necessário para que se compreendam os conceitos de abuso sexual e exploração sexual, que se configuram como violência sexual contra crianças, adolescentes e jovens. Conhecer esses conceitos permite a desmistificação da temática e das visões equivocadas que a cercam, o que contribui para que se possa enxergá-la como um problema que é consequência de outras determinações como a pobreza, a vulnerabilidade e as formas de desenvolvimento e implementação das políticas públicas no Brasil.

De acordo com o dossiê do CEDECA – Casa Renascer 2010⁴, a violência intrafamiliar é aquela que ocorre dentro do grupo familiar; e seja ela uma violência verbal, física, ou contra a sexualidade da criança, assume o aspecto relacional em que o abusado e o abusador passam a conviver e estão inseridos no interior da família de maneira perversamente compactuada pelo silêncio e omissão dos membros da própria família, silêncio este que se dá no âmbito de uma

⁴ O Dossiê Infâncias Violadas foi produzido em 2010 pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Natal – CEDECA Casa Renascer, com casos emblemáticos da instituição. O texto na íntegra está disponível em: http://www.cedecacasarenascer.org/livros.php?_pagi_pg=2.

individualidade oprimida, que não se percebe como sujeito de direitos, tendo a sua dignidade violada onde ela deveria sentir-se amparada e protegida.

Ainda conforme o dossiê, o abuso sexual⁵, enquanto violência praticada dentro do contexto familiar, pelos próprios pais, padrastos e/ou parentes próximos é provocador e condicionante de uma série de outros problemas e violações, pois nesse âmbito a infância é coisificada e a criança ou adolescente é tratado como objeto, tendo sendo desprezados seus direitos mais básicos de ser humano, direitos estes que dizem respeito a uma fase peculiar de seu desenvolvimento e que são essenciais para a sua formação psicológica e cívica, mas que lhes são tirados de forma desumana. Nesse contexto, Faleiros (1998) afirma que:

A violência intra-familiar não é em si, determinante do ingresso da criança e do adolescente na rede de prostituição, mas é uma das mais importantes dimensões de vulnerabilização. A rede de exploração comercial está articulada à rede familiar fragilizada pela pobreza e pela violência e por outras formas diferentes de “ruptura da trajetória familiar e social” como desemprego, separação, migração, mortes, disputas (FALEIROS, 1998, p. 12).

A violência sexual, seja ela na forma de abuso ou de exploração (esta última consiste na relação de abuso sexual para fins financeiros e tem como intermediário o aliciador, a pessoa que lucra com a venda do corpo de meninos e meninas e organiza as formas de aliciamento), tem uma repercussão extremamente negativa na vida de crianças e adolescentes, causando danos que não podem ser contabilizados⁶, tamanha é a sua complexidade. Assim, o impacto no desenvolvimento desses sujeitos é sempre presente, em maior ou menor dimensão e acarreta danos que persistirão por toda a sua vida, afetando com isso, o futuro que poderiam ter, inclusive dificultando o desenvolvimento de suas potencialidades e a identificação destas.

⁵ É importante ressaltar que o abuso sexual também recebe o nome de estupro e não ocorre somente no âmbito familiar, pois há situações diversas em que o estupro ocorre fora de casa, como no trabalho, na escola ou na saída de algum outro ambiente que a vítima costuma frequentar. E este é ainda um espaço que dá significativa margem para o exercício da pedofilia entre o abusador e abusado (FALEIROS, 1998).

⁶ São inúmeros os danos oriundos da exploração sexual e podem ser físicos como a gravidez precoce, que pode acarretar outros inúmeros problemas de saúde; as doenças sexualmente transmissíveis; danos psicológicos que podem afetar as formas de relacionamentos desses jovens com os demais indivíduos em sociedade, além de repercutir na sua autoestima e na construção de sua autonomia (FALEIROS, 1998).

Nesta direção é importante ressaltar que a exploração sexual de crianças e adolescentes não pode ser considerada uma modalidade de prostituição, deve ser tratada como exploração, pois os envolvidos tratam-se de menores. Além disso, para eles a exploração sexual não viola seus direitos, que muitos nem sabem quais são. E Quanto aos jovens, que já são maiores e por lei estão na prostituição como atividade legalizada, para estes também temos uma exploração, porque acabam de entrar na vida adulta e igualmente desconhecem as violações das quais foram vítimas e continuam a ser.

Para esse segmento da nossa sociedade a exploração sexual se apresenta como “a última” forma de ascender socialmente, de promoverem o sustento de suas famílias e, entre outros fatores, significa uma oportunidade de obterem um padrão de vida minimamente digno e confortável. Para Faleiros (1998, p. 12) “a violência sexual é uma violência sistemática que se apropria comercialmente do corpo como mercadoria para auferir lucro”. Reafirmamos a postura do autor nesse aspecto e também quando complementa, destacando que o abuso do corpo em troca de dinheiro consiste em uma mercantilização do sexo e que quando se trata de crianças e adolescentes envolvidos nesse âmbito, consiste de fato em uma escravidão, pois esta é uma “relação de opressão da qual é difícil sair”.

Para enfatizar com clareza a sua crítica radical ao fenômeno da exploração sexual, Faleiros (1998) expõe que:

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não se configura, em geral, como uma relação individual de um agressor ou explorador. Ela se constitui em rede, na busca de clientes para um mercado do corpo, sem a opção de quem é usado, na busca do lucro, com a sedução do prazer. Ela desconstrói e destrói as relações de proteção, de direito e aprendizagem da autonomia, pela intermediação do corpo e mercantilização da infância. O corpo da criança e do adolescente se transforma em valor de uso e em valor de troca em âmbito nacional ou internacional (FALEIROS, 1998, p. 12).

A definição que Leal (1999) atribui à exploração sexual também está na direção do que é defendido por Faleiros, pois a autora destaca que esta atividade congrega relações de poder, sexualidade e mercantilização, envolvendo crianças e adolescentes em práticas sexuais comercializando seus corpos, onde os adultos visam obter proveitos e essas ações são capazes de acarretar danos bio-psico-

sociais aos explorados, que por sua vez são indivíduos que se encontram em situação de desenvolvimento e tem suas liberdades individuais diretamente afetadas pela exploração sexual.

Em meio a esse cenário da exploração sexual caracterizado pelas colocações de Faleiros (1998) e Leal (1999) fica claro que essa exploração não está atrelada apenas à violação de direitos e esta relação já é de extrema gravidade. Percebe-se então que a exploração sexual envolve também em sua dimensão as relações de poder impostas pela nossa sociedade, além da dimensão psicológica desse segmento, que pode ser amplamente afetada a curto e a longo prazo.

A exploração sexual de adolescentes e jovens se caracteriza como uma das piores formas de violação de direitos humanos da contemporaneidade. Situamos como uma moderna estratégia de escravidão⁷ que atinge, preferencialmente, os segmentos mais pauperizados da sociedade, tendo como determinantes as desigualdades sociais, o descaso do Estado em relação aos direitos e a proteção integral, a superficialidade das políticas públicas⁸.

Essa forma sexual de exploração pode ser colocada como uma moderna estratégia de escravidão, pois percebe-se que os indivíduos dessa sociedade redescobriram o quanto pode ser lucrativo, do ponto de vista econômico, escravizar as pessoas. Esta escravidão não se dá da mesma forma que ocorria anteriormente nos primórdios da escravidão brasileira, mas sim, acontece de maneira ainda mais desumana, considerando o fato de terem descoberto alternativas que violam até mesmo os direitos sexuais da nossa juventude, não lhes dando possibilidades viáveis para que construam outras perspectivas de vida e fazendo com que tenham de expor seus corpos em troca de pagamento.

⁷ A exploração sexual e a escravidão se assemelham quando pensamos no fato de que durante o período de escravismo esta era uma atividade extremamente lucrativa, assim como se redescobriu a exploração sexual como outra atividade igualmente lucrativa. Além disso, em ambos os momentos da história temos indivíduos sendo expostos a condições degradantes e vexatórias para assegurarem o seu sustento e o de suas famílias, o que torna-se ainda mais grave quando pensamos em crianças e adolescentes sendo expostos a esse tipo de expropriação de direitos, sobretudo na contemporaneidade, onde supostamente situações como esta já deveriam ter sido superadas por completo. Assim, portanto, vemos que apesar de ser uma modalidade moderna de escravidão, a exploração sexual não deixa de ser um trabalho sem direitos, igualmente ao trabalho escravo propriamente dito.

⁸ Esse descaso do Estado e a superficialidade das políticas públicas acabam por contribuir para o aumento dos riscos sociais e, em consequência disso, contribuem também com o crescimento dos riscos de exploração sexual como desemprego, drogadição, evasão escolar, agravos familiares, dentre outros.

Partindo desse pressuposto de desumanização em detrimento de uma lucratividade sem limites, cabe ainda observar que a exploração sexual de crianças, adolescentes e até mesmo de jovens, não foge da conjuntura de mercantilização dos seres humanos, neste caso de exploração sexual, significa mercantilizar os próprios corpos visando àqueles que estejam dispostos a pagar por um “produto”, o que está largamente atrelado à lógica mercantilista da sociedade em que vivemos. Constroem-se assim relações de trocas, assim como eram realizadas trocas no período da escravidão, onde os próprios seres humanos eram vendidos para aqueles que podiam pagar por eles, impulsionando um cenário de coisificação da espécie humana.

Trata-se de um fenômeno que, segundo DIÓGENES (2010, p. 23) já atinge mais de um milhão de jovens na América Latina. O número demonstra a gravidade desse fenômeno que precisa ser combatido objetivamente, tanto pela rede de enfrentamento da exploração sexual, quanto pela sociedade e demais atores envolvidos nessa assustadora realidade.

Durante o período de realização do estágio curricular obrigatório, os diálogos com a assistente social supervisora de campo e as leituras realizadas sobre a temática da exploração sexual, foi possível constatar que o público que se insere nessa ótica exploratória, em sua maioria, é composto por meninas, apesar do fato de que os meninos estão adentrando nesta atividade em números cada vez maiores, considerando as inúmeras determinações e necessidades que eles têm, além das formas de aliciamento e cooptação que vem se tornando ainda mais elaboradas ao longo dos anos.

Essa constatação de que as meninas correspondem a um número maior no contexto da exploração sexual demonstra um recorte de gênero na temática, no qual as meninas estão em maior número devido ao fato de que elas se submetem a tal atividade para auxiliar a mãe no sustento da casa, dos irmãos e também de seus próprios filhos. Outro aspecto importante é que muitas são provenientes de famílias que apresentam vínculos fragilizados, relações rompidas, com pais divorciados, além de que a procura é maior pelas “meninas”, considerando a sociedade machista e patriarcal que se tem e a erotização constante dos corpos femininos. Dessa forma, as meninas são mais facilmente cooptadas pelos aliciadores, pois diante das inúmeras problemáticas citadas, elas oferecem menor resistência. Porém, não se pode deixar de observar o crescimento da inserção de meninos nesta atividade, por

motivos ora semelhantes aos das meninas, e ora distintos e os determinantes dessa inserção de meninos e meninas na exploração sexual serão discutidos no capítulo seguinte deste estudo, onde trataremos dos jovens que participam do Projeto ViraVida do SESI/RN.

A temática da exploração sexual não têm recebido a devida atenção por parte do Estado, dos gestores e, inclusive, da própria sociedade, apesar do esforço que temos acompanhado ao longo dos últimos anos, como a criação e aprovação do Estatuto da Juventude, por exemplo, que representa avanços no nosso aparelho legislativo para uma cobertura mais ampliada de nossas crianças, adolescentes e jovens. Para tanto, se faz necessário pensarmos ainda mais criticamente a realidade, de modo que nos questionemos sobre o contexto social de barbárie que estamos vivenciando, as questões relativas à pobreza, desigualdade, descaso de autoridades e gestores, o descompasso financeiro no país, dentre muitas outras temáticas de cunho social, político e econômico igualmente importantes. Assim, portanto, entende-se que este é um assunto extremamente relevante, mas que não tem ainda a abordagem massiva e profunda que deveria, da mesma forma que não é visto da maneira crítica e agravante que pressupõe.

A exploração sexual de adolescentes e jovens se traduz como uma cruel expressão de violação de direitos humanos dos indivíduos já tão precocemente inseridos nessa ótica perversa de dominação e exploração.

Em meio a essa perversidade é possível observar nitidamente, no contexto da exploração sexual, a dimensão mercantil nas relações que são tendenciosamente estabelecidas. Dentre outros fatores, deve-se isso ao Estado e a fragilidade de suas ações que somadas às investidas do capital, imprimiram em nossa sociedade o ideal de mercantilização. Com isso, a sociabilidade do capital perpassada pela lógica do mercado reduziu os bens humanos a “mercadorias”, o que acabou por estabelecer preços para seus serviços, atitudes e até mesmo para seus corpos.

Trata-se de um processo de coisificação e descarte que é estendido à sociedade contemporânea, pois já ocorre desde os primórdios da exploração do capital, uma apropriação que ocorre em todas as vertentes da vida em sociedade. Na atualidade, temos o processo no qual há os atores que se organizam em rede e lucram em larga escala com a compra e venda de sexo e outros prazeres, de modo

que o capital apropria-se até mesmo da individualidade dos seres humanos. No tocante a essa rede de exploração sexual, Faleiros (1998) coloca que:

O mercado não é, pois, comandado por uma mão invisível. Aí se formam redes, organizações, agentes de exploração do corpo para se obter lucro ou dinheiro sob diferentes formas: compra e venda de crianças, leilões de virgindade, pornoturismo, bordéis, tráfico, pornografia. Usam-se hotéis, motéis, agências de turismo, rede de tráfico, Internet, “agentes da noite”, centros de diversão, comércio de saunas e massagens, pontos de bares e restaurantes, funcionários de empresas, policiais. As redes envolvem grupos de aficionados ou viciados, de pedófilos, não raro de altas camadas sociais (FALEIROS, 1998, p 12).

Dessa forma, percebe-se que violência e exploração sexual assumem uma dimensão em que esses indivíduos explorados são transformados em objetos de compra e venda. Esta é uma negociação fácil, de modo geral, para alguém que ocupa uma posição desigual e coercitiva para utilizar o outro como instrumento de satisfação pessoal, ultrapassando as barreiras da ética e dos direitos humanos.

É importante saber ainda, que tais vítimas têm a sua cidadania negada e ao mesmo tempo silenciada também, seja pelo medo, ou devido às condições de vulnerabilidade social em que se encontram. Assim, eles acabam por tornarem-se presas fáceis para uma rede de grupos que não dispõem de nenhuma dignidade ou ética, considerando que negociam tudo com todos (as).

Nos últimos tempos, sobretudo nas duas últimas décadas, segundo o manifesto do CFESS de maio deste ano⁹, essa problemática da violência sexual, cuja exploração sexual é uma de suas modalidades, têm se tornado foco de atenção do poder público e da sociedade brasileira. Entretanto, sabe-se que este é um fenômeno com múltiplas causas, principalmente a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, fruto do acirramento das expressões da questão social que temos acompanhado e apesar dos esforços do poder público em sanar esse problema, ainda não alcançamos, conforme já mencionado, a abordagem e o enfrentamento necessários para a sua resolução definitiva.

⁹ O referido manifesto do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS foi produzido pela entidade que representa a categoria profissional dos Assistentes Sociais para simbolizar o apoio de toda a categoria ao enfrentamento da violência sexual, lembrando também as mortes e toda a luta que já existe em torno dessa temática. Por isso o dia 18 de maio é o Dia Nacional de Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Partindo desse pressuposto entende-se que o enfrentamento desse problema deve ser inserido no contexto da proteção integral. Inclusive, na política oficial a violência e a exploração sexual são vistas como crime e como violação de direitos humanos universais, mas apesar da reconhecida importância destas ações, muito ainda há que ser feito, como estratégias efetivas e eficazes de enfrentamento à pobreza, à exclusão e todos os tipos de desigualdade.

Yazbek (2013) e Ozanira (2013)¹⁰, observaram que está havendo, nos últimos anos, uma maior visibilidade acerca da pobreza no Brasil, sobretudo com base nos programas de transferência de renda e sua significativa expansão. No entanto, isso tem acontecido sem considerar as determinações estruturais da pobreza, dessa forma por um lado favorece a busca pela melhoria das condições de miserabilidade na vida da população brasileira, mas por outro, não conduz precisamente para a eliminação concreta da pobreza no país.

Quando atrelada à exploração sexual, a pobreza representa um fator de significativa relevância, e não é necessário ter amplitude de conhecimento para que compreendamos o quanto a pobreza pode gerar a necessidade de envolvimento com a exploração sexual.

A influência neoliberal na sociedade em que vivemos também contribui massivamente para que tenhamos a proliferação da pobreza no país, devido a flexibilização das relações de trabalho, o próprio desemprego, a concentração da riqueza socialmente produzida, a pauperização dos trabalhadores dentre outras problemáticas oriundas da formação sócio-histórica e econômica do Brasil.

A respeito dessa pauperização e precarização ocasionadas pelo capitalismo, Oliveira (2003) expõe que:

O processo de acumulação capitalista produz o trabalhador disponível para o capital, uma população sempre maior do que as reais necessidades da acumulação. O resultado é a produção de uma classe trabalhadora diversificada na sua forma de inserção na produção, mas que tem em comum o fato de sua sobrevivência depender da venda da sua capacidade de trabalho, o que por sua vez depende das demandas do capital. O resultado é a produção da pobreza, originada nos baixos salários dos que se encontram incluídos no mercado de trabalho formal e as mais diferentes situações de inclusão precarizada ou subordinada para a grande

¹⁰ As referidas autoras proferiram estas falas durante a Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP deste ano, onde realizaram um minicurso intitulado de “As Políticas de Enfrentamento à Pobreza no Brasil” nos dias 21, 22 e 23 de agosto.

parcela que não consegue existir para o capital (OLIVEIRA, 2003, p.1).

A colocação da autora sobre uma “inclusão precarizada” (MARTINS, 1997) ou subordinada e uma grande parcela que não consegue existir para o capital, nos revela as reais condições do fato de o fenômeno da exploração sexual está crescendo significativamente ao longo dos anos. O processo de acumulação capitalista ao qual Oliveira se refere, produz um exército industrial de reserva que não será completamente absorvido pelo capital e em meio a esse contingente que não é absorvido, estão também os jovens que se inserem na exploração sexual por falta de alternativas.

Pode ser acrescido a esse panorama o ideal de consumo cristalizado na sociedade, que faz com que as pessoas sejam classificadas de acordo com o seu poder de consumo, considerando aquilo que podem obter materialmente.

Contudo, se considerarmos a falta de políticas públicas, de investimentos em qualificação profissional para a juventude, a falta de oportunidades, dentre tantas outras negações para o segmento da juventude no Brasil, será possível observar que o contexto da exploração sexual se apresenta para os jovens nela inseridos, como uma alternativa viável para que consigam obter condições financeiras para se inserirem de fato nesta sociedade desigual, que constrói padrões rígidos de consumo para classificação e aceitação social.

Acrescente-se a esse cenário o fato de que esse ideal de consumo está tão fortemente enraizado na nossa formação societária que os jovens se inserem na ótica da exploração sem se quer se perceberem enquanto sujeitos que estão tendo seus direitos humanos e sociais violados¹¹. Eles veem apenas as possibilidades de poderem obter um padrão de consumo que a pouca renda familiar não é capaz de sustentar, de modo que a venda de seus corpos que é proposta para eles é vista como uma oportunidade e não como uma expressão de barbárie social, nem tampouco como violação de direitos humanos.

Tudo isso se insere no contexto das contradições da sociedade capitalista. Essas contradições estão na base da questão social e,

¹¹ Esta falta de percepção em relação a violação de direitos, se dá devido ao fato de serem sujeitos imersos na condição de alienação que é própria da sociabilidade capitalista, na qual estamos tão fortemente imbricados que problemáticas como a exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens acabam por ser naturalizadas no cotidiano da vida social.

consequentemente, no surgimento das políticas sociais. A questão social será aqui entendida como “conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p.16). Para lamamoto, a questão social surge a partir do caráter coletivo da produção que se contrapõe à apropriação privada da própria atividade humana, isto é, o trabalho, e também das condições necessárias para a sua realização e os seus frutos.

Na concepção da autora, a questão social não pode ser separada do trabalhador livre que vende sua força de trabalho para obter meios de satisfazer suas necessidades vitais e esse é um processo que envolve “desigualdades sociais, consciência de luta e o reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

De acordo com Santos (2012) o quadro de governo e de gestão que temos atualmente no Brasil, mantém inalteradas as formas de exploração do trabalhador, porque não são alteradas as particularidades relativas à essa exploração. Ao invés disso, ocorre um aprofundamento da precarização do padrão de proteção social, por exemplo, através da centralização da assistência social, tornando-a focalista, fragmentada e seletiva.

A exemplo desse padrão de proteção social precarizado e focalista citado por Santos (2012), temos as ações voltadas ao segmento da criança e do adolescente no Brasil, que são inseridas em um modelo de política pública que, na grande maioria esmagadora dos casos, não considera os anseios desses sujeitos, nem tampouco as suas particularidades referentes às condições de vida.

Para Santos (2012) o que temos de política pública hoje no país é insuficiente, se considerarmos a questão social de modo mais amplo. E no ponto de vista da autora, têm ocorrido justamente o contrário no nosso país, ou seja, a questão social não vem sendo considerada de maneira ampliada, mas sim contrariamente a isso, ela vem sendo reduzida predominantemente à pobreza. Desse modo, as alternativas para o enfrentamento das expressões da questão social no Brasil, são centralizadas apenas no combate à pobreza, em sua maioria.

Com isso, as medidas de cunho universalizante acabam permanecendo esquecidas e dão lugar às ações compensatórias e focalistas, que temos acompanhado com os modelos de gestão adotados na última década de governo no

Brasil. Assim, para Mota (2010) apud Santos (2012, p. 441) ocorre uma certa “naturalização quanto aos limites do enfrentamento da pobreza que ficam circunscritos à esfera distributiva, como se isso fosse tudo que pode ser feito”.

Nesse contexto observamos o chamado neodesenvolvimentismo, que é caracterizado por Santos (2012) como sendo algo que transmite o ideal de transformismo, mas na verdade, apenas atualiza uma das obsessões mais antigas do capital: diluir os antagonismos entre as classes ideologicamente. Há a partir disso uma reatualização das particularidades da questão social, que para a autora estão amplamente relacionadas as características que o capitalismo imprimiu em nossa formação sócio-histórica.

Quanto a essa particularização da questão social, Netto (1992) ressalta que:

Tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho — o que significa liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve necessariamente constituir-se em *políticas sociais*: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas (NETTO, 1992, p. 28).

Essas problemáticas particulares às quais Netto se refere são expressões da questão social determinantes na vida das crianças, adolescentes e jovens filhos classe trabalhadora. É o acirramento dessas expressões e o seu tímido e insuficiente enfrentamento, que tornam a exploração sexual um espaço para inserção violadora desses sujeitos.

2.2 INVESTIDAS DO CAPITAL, ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL E A EXPLORAÇÃO SEXUAL

Conforme explicitamos no item anterior a exploração sexual, tem sido recorrente e se ampliado principalmente, nas classes mais pauperizadas. Desse modo, apreendemos o fenômeno como uma das expressões da questão social,

produzida e intensificada pelo capitalismo. Nesse sentido, entendemos ser necessário problematizarmos o processo de agudização da questão social.

As investidas do capital tiveram repercussões sem precedentes em todo o mundo, sobretudo em países ainda em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Dessa forma, a pobreza, a violência, o desemprego, são determinados pela distribuição desigual da riqueza socialmente produzida. Ao longo do tempo histórico, a questão social foi acentuada mais ferozmente, fazendo com que chegássemos à situação na qual estamos imersos atualmente, inclusive o cenário de violações e arbitrariedades para com o segmento da juventude no país, conforme mencionado anteriormente.

De acordo com Netto (2001) a questão social não tem relação alguma com o desdobramento de problemas econômicos e sociais herdados pela ordem burguesa ou com particularidades da sociedade humana, mas sim tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. Para Netto, a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo e está fundamentalmente condicionada à peculiaridade que é própria da relação capital/trabalho, onde se origina a exploração e a acumulação capitalista.

Ainda conforme Netto (2001) temos que o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a questão social e que diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social. Reafirmamos aqui a sua análise em relação ao fato de que o capitalismo conjuga globalização e neoliberalismo, demonstrando que o capital não tem compromisso social algum.

Segundo Iamamoto (2010) o progresso da acumulação gera também o aumento da produtividade e assim, a produção se torna a alavanca mais poderosa do capital. Partindo desse ideal de produção e acumulação é possível observarmos que ao longo do tempo, principalmente com o advento da tecnologia, ocorreram mudanças no padrão de acumulação capitalista. Essas mudanças fizeram com que houvessem reduções do capital empregado na compra da força de trabalho ao passo em que aumentava-se o capital empregado no incremento dos meios de produção.

As referidas medidas contribuíram para o aumento do exército industrial de reserva, pois permitiram que trabalhadores fossem sendo gradativamente substituídos por máquinas que trouxeram agilidade e redução de custos à médio e longo prazo. Além disso, a investida capitalista também fez com que passassem a

ser exigidos da classe trabalhadora cada vez mais qualificações. Todavia é sabido que os mecanismos de acesso ao conhecimento e capacitação profissional não são os mesmos para a burguesia e o proletariado, isto é, ricos e pobres.

É em meio a esse cenário de apropriação desigual do conhecimento e da riqueza que o trabalhador assalariado passa a depender cada vez mais da venda de sua força de trabalho, como meio de satisfação de suas necessidades, ficando ainda mais submisso ao capital, o que impulsionou o franco acirramento da questão social.

Essa submissão ao capital promove paralelamente a submissão do trabalhador às condições impostas pelo padrão de acumulação capitalista do qual todos somos vítimas, em maior ou menor grau. Essas condições impostas são relativas à baixos salários; excessivas jornadas de trabalho; precarização das condições e relações de trabalho, dentre muitas outras que são vivenciadas pelos trabalhadores constantemente em seus locais de trabalho.

Nesse contexto de exploração capitalista, atrelada à desresponsabilização e à prevalência de modelos de política pública desproporcionais ao contingente de pobreza que se tem no Brasil, a exploração sexual encontra oportunidades de expansão, uma vez que os jovens brasileiros são cooptados pela rede de aliciadores porque outras oportunidades mais viáveis não lhes são apresentadas.

Acrescente-se a isso, as desigualdades sociais que só tendem à antagonismos entre ricos e pobres, entre aqueles que podem consumir sem precedentes e os que precisam manipular sua renda minuciosamente até mesmo para prover sua alimentação e a de sua família.

Partindo desse panorama, muitos jovens estão inseridos na exploração sexual com o objetivo de suprir as necessidades de suas residências, como alimentação, aluguel e demais despesas. Em outros casos, o ideal de consumo estipulado pelo capital é tão insano que leva os jovens a estarem na exploração sexual a fim de obterem recursos financeiros para custear o consumo de bens que sua família não pode fornecer, também devido aos níveis de pobreza que cercam esses sujeitos em ambas as situações.

No que tange à pobreza lamamoto (2010) deixa claro que:

A pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda, mas refere-se a própria produção. Ou, em

outros termos, refere-se à distribuição dos meios de produção e, portanto, às relações entre as classes, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais [...] esse processo é radicalizado com desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a ela atinentes, destituindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos segmentos sociais, que é transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda (IAMAMOTO, 2010, p. 160).

Desse modo, a questão social, fruto da investida capitalista, bem como, as desigualdades sociais inerentes a ela, têm na sua compreensão uma importância fundamental, tanto para que se possa decifrar as suas variadas expressões, quanto para que se possa empreender formas e estratégias de resistência na contemporaneidade e percebe-se que ambos os motivos são indissociáveis. No tocante ao fenômeno da questão social, Iamamoto (2010) esclarece que:

A questão social não é um fenômeno recente, típico do chamado esgotamento dos chamados trinta anos gloriosos da expansão capitalista. Trata-se, ao contrário, de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espalhadas em todas as dimensões da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2010, p. 161).

A banalização da pobreza se caracteriza como um fenômeno particular e perverso e justamente devido a essa banalização, a extensão e a qualificação da pobreza ainda são pouco conhecidas. Isso se dá devido ao fato de que a pobreza é introduzida em nosso imaginário como sendo algo natural, considerando que o Estado e a sociedade sentem-se incapazes de solucioná-la por completo.

As expressões da questão social, vistas criticamente como a desnutrição, a falta de moradia, o analfabetismo, a escassez de renda e diversas outras, acabam por impulsionar uma análise separatista do fenômeno mais do que promover o seu esclarecimento, suas raízes e formas de expansão, o que também contribui para que se busque soluções paliativas que objetivam sanar cada uma dessas ramificações isoladamente ao invés de buscar uma solução única.

Assim, portanto, acaba-se esquecendo que a pobreza é algo decorrente de um modo de produção do qual se originam a desigualdade e a exclusão, onde está o cerne da questão social. Essa pobreza quando banalizada é vista como uma

manifestação comum no cotidiano e, conseqüentemente, como algo conhecido e que está sob controle. Com isso, é camuflada a verdadeira barbárie oriunda da pobreza.

A conformidade por parte do Estado e da sociedade civil com a pobreza e a sua, até então, difícil resolução promove medidas compensatórias e assistencialistas que demonstram a forma como a pobreza é secundarizada no Brasil e refletem o frágil engajamento do Estado no que diz respeito ao enfrentamento dessa problemática.

Na atualidade, muito tem se falado sobre a pobreza no Brasil, sobretudo com o surgimento dos programas de transferência de renda e a sua expansão desenfreada. Todavia, esse fenômeno acabou por ser naturalizado como parte do mobiliário da maioria esmagadora dos brasileiros que é pobre. Isto se deve ao fato de que muito se fala e polemiza a temática da pobreza, mas não houve ainda uma partida para o seu enfrentamento com vistas à sua finalização.

No âmbito da pobreza instalada no país há espaço para que se instale também uma verdadeira competição, de cunho selvagem, onde é possível que se alastrem diversas formas de exploração, até mesmo a exploração sexual da qual tanto temos falado. Nesse cenário, a barbárie é a face da miséria e das estratégias de sobrevivência desses segmentos populacionais pauperizados.

Enquanto isso observamos que, do ponto de vista do aparato legal, que regulamenta todas as ações em nosso país, a nossa Constituição Federal, por exemplo, dissemina posturas como cidadania, igualdade, proteção, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA reafirma os mesmos valores e por fim, não se pode deixar de mencionar a Seguridade Social com o seu tripé de sustentação, a saúde, a previdência social e a assistência social.

Em países de primeiro mundo esses valores representam as conquistas sociais e os direitos dos indivíduos e a oportunidade de exercício da cidadania. Entretanto, esse não é o caso do Brasil, onde ocorre uma espécie de corte na cidadania de modo a ser hierarquizada entre os segmentos sociais, provocando a ocorrência de padrões desiguais de reprodução social. E esse descompasso reprodutivo ocorre, entre outros fatores, porque são considerados com maior importância os aspectos econômicos e políticos em detrimento da própria dignidade da pessoa humana. Quanto a esse aspecto Sposati (2012) expõe que:

Sabe-se que a ideologia burguesa forjou no Brasil o conceito de que “todo trabalhador é um pretense vadio”. A resistência à subordinação, à exploração do trabalho para a “selvagem cultura” que ainda grassa nos segmentos dominantes é sinônimo de vadiagem. Essa justificativa formal foi, ao longo do tempo, transformando o campo da assistência social de distribuidor de auxílios individuais, financeiros ou em espécie, a distribuidor de serviços sociais, ancorados na denominação de programas ou atividades de cunho promocional ou preventivo (SPOSATI, 2012, p. 17).

Na realidade aqui temos falado da pobreza e o que ela é capaz de acarretar para a vida de indivíduos que são verdadeiramente “desassistidos” quanto às suas demandas e os seus direitos. Esse fator nos leva a concluir que esses indivíduos são desassistidos socialmente, pois a sociedade da qual fazemos parte considera de fato apenas aqueles que estão inseridos formalmente no mercado de trabalho, os que contribuem para a extração da mais-valia que o capitalismo realiza sem precedentes. Para os demais, isto é, os que estão na informalidade e constituem parcela significativa da nossa sociedade, resta apenas a sua invisibilidade para o capital.

A esse respeito de serem considerados pelo capital apenas os indivíduos inseridos formalmente no mercado de trabalho a autora Sposati (2012, p. 22) denomina de “Estado de bem-estar ocupacional”, no qual “as condições de reprodução social foram seletivamente estendidas a estratos ocupacionais a partir de sua importância econômica ou do grau de organização política”. E a autora complementa ainda situando-nos de que:

Neste “Estado de bem-estar ocupacional” são substituídas as relações de direitos universais, constitucionalmente assegurados, pelas de direito contratual. É o contrato de trabalho que define, imediatamente, as condições de reprodução do trabalhador [...] (SPOSATI, 2012, p. 23).

É desta invisibilidade que resulta a exploração sexual de nossas crianças, adolescentes e jovens, bem como, a criminalidade, a drogadição, a mortalidade crescente, dentre diversas outras mazelas que expressam essa condição de invisibilidade. Dessa condição também resultam ações e soluções provisórias, fruto da ausência de uma política social efetiva. Sobre isso, Sposati (2012) destaca que:

Constitui um conjunto de programas, atividades desconexas em que as ações ganham valor em si mesmas, e não pelas alterações que ocasionam nas condições de reprodução social. Seu patamar é de ajudas para subsistir na miséria social e não de qualificar atenções. Como um pronto-socorro, não tem a preocupação com “a doença, sua cura ou prevenção”, mas com a redução, ainda que precária e imediata, do “grau de gravidade” da situação do doente (SPOSATI, 2012, p. 26).

Neste sentido temos nos deparado com uma verdadeira “política de benefícios” que por se tratar de ajuda, uma certa complementação, “tais ações não conseguem assumir o perfil de uma política no campo da reprodução social” (SPOSATI, 2012). Esse quadro reforça a ideia de “Estado de bem-estar ocupacional” defendida por esta autora de que a reprodução social é dependente de contratos que substituem direitos universais e abrem espaço para a compensação.

Esses contratos fazem parte do processo de acumulação capitalista que, apesar de ser bastante antigo, se reveste constantemente de novas roupagens para assegurar e manter sempre em alta os lucros que obtém a partir da mais-valia. Em suma, “este é um processo maquiado de novas estratégias de ação para garantir velhos objetivos”. (VASCONCELOS, 1998, p. 114).

Concorda-se com a autora neste aspecto, e ela acrescenta ainda, que nesse contexto de acumulação, são criadas permanentemente novas formas de acúmulo para o capital, que garantem uma concentração de riqueza cada vez maior. E, sabemos também, que isso não se dá por acaso, nem tampouco de maneira desordenada, pois há um sofisticado nível de qualidade, além das articulações e alianças que são formadas na incessante busca do capitalismo pela exploração e pelo lucro.

Neste cenário onde constantemente se criam novas formas de acumulação, a exploração sexual se constitui como uma dessas novas formas, capaz de trazer ganhos exorbitantes para a rede construída em torno desse negócio extremamente lucrativo, da mesma forma que trazem danos e perdas de naturezas diversas para os adolescentes e jovens inseridos de forma enganadora nesta atividade.

Desse modo é válida a crítica radical que é feita neste trabalho acerca do padrão desumano do sistema capitalista e à própria exploração sexual, dada a importância de desvendarmos a realidade na qual estamos imersos e observarmos

que a passos largos a realidade torna-se mais grave e mais complexa há medida em que a barbárie é instalada na conjuntura social.

A esse respeito Vasconcelos (1998) afirma que:

Há que se ter claro que a questão social é inerente ao sistema capitalista. Dentro dele não se “solucionam problemas” gerados e reproduzidos por ele mesmo, a não ser colidindo com o sistema; no limite, rompendo com ele. Na direção de um verdadeiro enfrentamento da questão social, as ações empreendidas cotidianamente [...] só tem sentido se desenvolvidas não como um fim em si mesmas, atendo-se à singularidade isolada dos fatos, mas como parte de um alicerce de sustentação para ações cada vez mais profundas, críticas e radicais a curto, médio e longo prazos, na busca, aí sim, de ruptura com a ordem capitalista (VASCONCELOS, 1998, p. 120).

No Brasil há um grande contingente populacional que esteve sempre à margem da sociedade, sem inserção no trabalho formal e o fato de não serem incluídos marca as gerações brasileiras ao longo do tempo. Esse cenário contribui amplamente para o processo de agudização da questão social que se reflete no aprofundamento da pobreza, no crescimento da exploração sexual, na violação de direitos, dentre muitos outros agravos. Nesse percurso, é de grande relevância uma intervenção mais qualificada e ampliada por parte do Estado, que regule suas responsabilidades e seu comprometimento diante das reais demandas do segmento infanto-juvenil no país, assim como o combate às ações que violam os seus direitos.

Na concepção de Oliveira (2012) a desigualdade social gera uma real separação entre sujeitos. Todavia ela também menciona que são visíveis as iniciativas que visam unificar ideologicamente tais sujeitos e essas iniciativas podem ser observadas nos programas de TV, por exemplo, que demonstram um mundo fantasioso e apelam para o consumismo voltado a todas as classes sociais. A esse respeito, Martins (1997) apud Oliveira (2012) mostra que:

[...] a nova desigualdade se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas ideias individualistas, a mesma competição. Mas, as oportunidades são completamente desiguais (MARTINS, 1997 apud OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Apesar de ideologicamente a mídia e outros segmentos da comunicação demonstrarem um mundo em que supostamente ricos e pobres podem ter acesso aos mesmos elementos e o mesmo padrão de consumo, conforme enfatizam Martins e Oliveira, objetivamente sabemos que na realidade desigual que se apresenta de fato para a burguesia e o proletariado essa proximidade não é passível de acontecer, principalmente considerando o fato de o Brasil ser campeão mundial de concentração de renda, como caracteriza Oliveira (2012):

Neste cenário de pobreza e desigualdade social, segundo os indicadores sociais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2003, encontravam-se mais de 52 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza [...] destes, mais de 31 milhões vivem entre a linha da pobreza e acima da linha da miséria, com renda mensal *per capita* inferior a 0,45 de um Salário Mínimo. Cerca de 20 milhões encontram-se na situação que se define como indigência ou miséria, e não ganham dinheiro suficiente para comprar diariamente alimentos em quantidade mínima necessária à manutenção saudável de uma vida produtiva. Ainda de acordo com estes indicadores sociais, o Brasil, enquanto campeão mundial de concentração de renda, apresenta uma realidade em que um rico ganha, sozinho, o mesmo que 54 pobres; 1% da população mais rica detém 13,5% da renda total do país, e os 50% mais pobres ficam com 14,4% (OLIVEIRA, 2012, p. 11).

O discurso de Oliveira (2012) acima citado nos remete ao paradoxo que se tem no Brasil no que tange à obtenção de emprego e renda, pois em todo o território nacional e também além dele, há um gigantesco cenário de desigualdade social e concentração de renda, provocados pela investida capitalista e sua insana e desumana busca pelo lucro.

Compartilhamos, portanto, com a concepção de Yazbek (2012) quando trata da pobreza como manifestação da questão social, como fruto das relações vigentes em nossa sociedade. A autora traz ainda, a reflexão de que isso se localiza em meio às relações que fazem parte do padrão de desenvolvimento capitalista e caracteriza-se como sendo algo extremamente desigual, onde convivem acumulação e miséria.

Desse modo, Yazbek (2012, p. 290) se reporta à pobreza como “parte de nossa experiência diária”, porque as transformações sofridas pelo capitalismo repercutem na população pauperizada de inúmeras formas, como nos que “se tornaram não empregáveis e supérfluos”, e estes “são sinais que muitas vezes

anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade” (YAZBEK, 2012, p. 290).

Em meio a esse processo limitador e excludente, Silva (2010) admite que:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política (SILVA, 2010, p. 157).

Nesse sentido, entendemos tal como Sposati (1996) apud Yazbek (2012, p. 291) que “é inviável o enfrentamento das condições de pobreza sem mudanças estruturais no modelo econômico concentrador”, e são as formas de concentração impostas por esse modelo econômico que estigmatizam os pobres, classificando-os como desqualificados, marginais, incapazes, inadaptados, sem atentar para o fato de que os pobres são fruto da herança política, econômica e social do Brasil.

A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, expressa no texto de Oliveira (2012)¹² revela que em 2002 o contingente de brasileiros pobres chegava a 49 milhões, sendo um percentual de 29% da população. No âmbito domiciliar, a pesquisa constatou que a pobreza assolava 10 milhões de domicílios em todo o país, um percentual de 22%.

No Nordeste, região do Brasil em que se encontra a maior concentração de pobreza do país, a mesma pesquisa do IPEA citada por Oliveira (2012) demonstrou que a proporção de pobres chegou a ser de 51% da população, em 1999, enquanto que a média nacional era de 28%.

¹² Este texto engloba essa e outras pesquisas porque também consiste em uma pesquisa coordenada pela professora Dra. Íris Maria de Oliveira, do Departamento de Serviço Social da UFRN que teve como principal objetivo conhecer os fenômenos concretos existentes no cenário urbano da cidade de Natal que são vivenciados pela população. A pesquisa pautou-se ainda no entendimento da problemática da vulnerabilidade social, analisando as condições de vida dos potiguares que habitam áreas de maior concentração de pobreza e exclusão social em Natal. O material coletado e as análises realizadas foram sistematizados em 2012 e resultaram no livro “Pobreza e desigualdade social em Natal”.

No estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na capital Natal, a pesquisa desenvolvida por Oliveira (2012) trouxe que 62% da população concentra-se nas regiões que correspondem à periferia de Natal, onde mora a população mais pobre, tendo 34% da população habitando a Região Norte e 28% a Região Oeste da cidade. Além disso, segundo a pesquisa, Natal tem a maior concentração de pobres de todo o Rio Grande do Norte e o ocupa o 3º lugar em déficit habitacional, de modo que são necessárias ainda mais de 24 mil moradias a serem construídas.

A pesquisa também explicitou que 55,21% da população que habita áreas de maior concentração de pobreza em Natal é formada por crianças, adolescentes e jovens, o que demonstra o significativo grau de desigualdade social que atinge fortemente essa parcela da população potiguar.

No que tange à escolarização, a pesquisa apresentou que 59,37% da população pesquisada em Natal se considera alfabetizada. Porém, apenas 9,14% desse percentual chegam a concluir o ensino fundamental e o ensino médio e menos ainda, o ensino superior. Os dados sinalizam para a necessidade latente de investimentos nessa área, principalmente devido aos limites que essa educação precária traz para a inclusão desses indivíduos no mercado de trabalho, que é cada vez mais exigente e competitivo quanto à qualificação do trabalhador.

No que diz respeito à renda, a pesquisa demonstrou que 29,64% das famílias entrevistadas em Natal possuem renda inferior a R\$ 300,00, isto é, um terço das famílias acessadas. Esse cenário se torna ainda mais complexo quando a pesquisa traz áreas acessadas da periferia de Natal em que diversas famílias tem rendimento zero.

Tendo como plano de fundo os dados proporcionados pela pesquisa de Oliveira (2012) que adensam as estatísticas de pobreza, desigualdade, desemprego, escassez de renda e tantas outras problemáticas igualmente preocupantes e esterecedoras, verifica-se que estas questões estão condicionadas e são determinantes para a exploração sexual e esboçam o contexto de precariedade em que se encontram muitas das crianças, adolescentes e jovens que são explorados sexualmente no Brasil.

Essa herança de pobreza que se arrasta pelo país contribui massivamente para a condução de crianças, adolescente e jovens à exploração sexual e à condições de dominação, subalternidade e alienação. Nessa perspectiva, não são eles próprios que conduzem suas vidas, exercendo sua cidadania e

autonomia, mas sim, a pobreza a qual estão subjugados. É a pobreza que os leva a “abraçar as oportunidades que se apresentam” e, talvez, essa pobreza acabe tornando essas oportunidades “apresentáveis” para eles, mesmo que minimamente.

Na tentativa de esboçar como essa exploração sexual se efetiva de modo prático na vida de adolescentes e jovens, tratarei no próximo capítulo deste trabalho um pouco sobre a minha experiência de estágio curricular obrigatório com o público jovem que está inserido na esfera da exploração sexual. São jovens que fazem parte do Projeto ViraVida do SESI/RN e que em suas vidas também protagonizam histórias marcadas pela pobreza, o desemprego, a falta de oportunidades, o descaso, a falta de proteção do Estado e muitas outras problemáticas inerentes a uma condição de significativa vulnerabilidade social.

3 O PROJETO VIRAVIDA E A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR

No capítulo anterior nos dedicamos a elencar alguns conceitos importantes para nos orientar a análise das determinações da exploração sexual e violência sexual. Identificamos que se trata de um problema que expressa explicitamente o contexto da violação e negação de direitos de crianças, adolescentes e jovens, no mundo inteiro, mas particularmente no nosso país. E, nesse sentido, entendemos a problemática em foco, como uma das expressões da questão social alimentada pelo acirramento das desigualdades sociais expressas entre outras na: pauperização crescente da classe trabalhadora, na violência, no desemprego, nas variadas formas de exploração e opressão dos sujeitos sociais.

Neste capítulo pretendemos abordar nossa da experiência de estágio curricular realizado no Projeto Vira-Vida-SESI, considerando os elementos mais relevantes dessa vivência.

Para tanto, analisamos cinquenta relatórios de entrevistas realizadas no ViraVida¹³ com o objetivo de subsidiar e incrementar as informações que serão descritas no decorrer deste capítulo, bem como desmistificar possíveis equívocos em torno da temática da exploração sexual.

A vivência do período de estágio possibilita ao discente a participação ativa do cotidiano profissional do assistente social. Partindo desse pressuposto, é possível que o discente possa vivenciar e articular a dimensão teórica obtida no espaço acadêmico, com a dimensão prática, ou seja, com o cotidiano do profissional de serviço social. É importante salientar que entendemos ser teoria e prática dimensões indissociáveis da formação e exercício profissional. Portanto inelimináveis.

A riqueza dos conhecimentos obtidos na academia nos possibilita a aproximação qualificada e crítica da realidade que se mostra nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Realidade essa, que nos inquieta e nos convida a querer conhecê-la, investigá-la, haja vista que, não se mostra em todas as suas contradições com um simples “olhar”. É preciso ir além do que está posto, da

¹³ Os relatórios de entrevistas fazem parte dos procedimentos adotados durante o chamado Processo de Inserção dos adolescentes e jovens no Projeto ViraVida. A partir dessas entrevistas foram elaborados os relatórios que foram utilizados para a construção deste capítulo. Em 2013 o Processo de Inserção ocorreu nos meses de Janeiro e Fevereiro.

aparência fenomênica. Assim, foi nosso processo de incursão no estágio e de aproximação com a temática da exploração sexual. Uma aproximação nem sempre fácil, de muitas leituras e questionamentos e, também de superação dos próprios limites pessoais.

A experiência no Vira Vida revelou-nos ainda o descaso com que foram e continuam a serem tratados os adolescentes, jovens e crianças no Brasil, por parte do Estado e da própria sociedade, que deveriam assumir de fato uma postura protetiva para com esse segmento. O que se observa é que são décadas e décadas de negação das condições mínimas de sobrevivência, de pouca ou nenhuma política pública voltada à problemática, de não efetivação dos direitos legalmente instituídos nos dispositivos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e outros dispositivos. Assim, em pleno século XXI a exploração sexual se apresenta como um fenômeno crescente que revela cotidianamente as condições de agravamento de um verdadeiro contexto de desumanização e, principalmente, de violação de direitos.

Como exemplo do crescimento desse fenômeno da exploração sexual, na atualidade, podemos mencionar o turismo para fins de exploração sexual¹⁴ e os chamados megaeventos no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014, que certamente contribuirá para o aumento da incidência de casos dessa exploração, pois atrairá olhares de todo o mundo para o país.

Por tudo isso, a partir desse momento, nos deteremos à descrição do que foi possível conhecer com as análises dos relatórios de entrevistas do ViraVida, em seus aspectos abrangentes e os mais subjetivos, elementos de suma importância para a compreensão dos condicionantes da exploração sexual de adolescentes e jovens, inclusive porque os jovens do ViraVida não se diferenciam da grande maioria dos jovens da cidade de Natal e demais cidades brasileiras, considerando a amplitude que a exploração sexual atinge com proporções mundiais.

¹⁴ Na atualidade o termo “turismo sexual” vem sendo substituído pela terminologia “turismo para fins de exploração sexual”, pois acredita-se que esta denominação mais recente caracteriza de maneira mais totalizante a natureza da atividade sexual que está atrelada à esse tipo de turismo.

3.1 O PERFIL DOS ADOLESCENTES E JOVENS DO PROJETO VIRAVIDA-SESI/RN

Antes de iniciarmos a apresentação dos jovens que serão tema principal deste capítulo, julgo pertinente apresentar um breve resumo do que é o Projeto ViraVida.

O público alvo do Projeto ViraVida é de adolescentes e jovens com idade entre 16 a 21 anos, (salvo algumas exceções de jovens fora dessa faixa etária), que estejam em situação de exploração sexual. O projeto atua proporcionando-lhes a oportunidade de se profissionalizar e posteriormente, encaminha-os para o mercado de trabalho, considerando suas perspectivas de atuação profissional e as demandas do mercado.

A natureza do projeto é privada e está vinculada ao Conselho Nacional do SESI, surgida com base na responsabilidade social empresarial que envolve o Serviço Social da Indústria – SESI, juntamente com diversas parcerias sejam elas de cunho público ou privado, como é o caso de todo o Sistema S, que faz larga parceria com todas as instâncias do ViraVida.

Como missão institucional o projeto estabelece que:

Busca promover a elevação da auto-estima e da escolaridade dos adolescentes e jovens participantes, para que desvendem o próprio potencial e assim conquistem autonomia. O processo sócio educativo está baseado em cursos profissionalizantes construídos a partir do alinhamento entre a demanda de cada mercado, o perfil e as expectativas desses adolescentes e jovens. Os cursos contemplam a necessidade de integração entre formação profissional, educação básica, noções de autogestão. Também asseguram aos alunos atendimento psicossocial, voltado ao resgate de valores e fortalecimento de vínculos familiares (Serviço Social da Indústria. ViraVida, 2013).

O projeto atua em diversas áreas: assistência, acompanhamento psicossocial e pedagógico, curso profissionalizante, empregabilidade e encaminhamento para o mercado de trabalho, além de uma bolsa mensal destinada aos jovens enquanto estes estiverem inseridos no projeto. Ainda é realizado acompanhamento familiar na perspectiva de fortalecer os vínculos entre os

adolescentes e jovens do projeto e suas respectivas famílias e/ou responsáveis, ou tentar restabelecê-los quando estes já foram rompidos.

Após essa breve consideração sobre a instituição faremos a apresentação dos jovens do ViraVida, sujeitos de nossa investigação. No primeiro momento iremos conhecer os aspectos mais gerais de sua trajetória, que apesar de serem dados iniciais, não perdem sua importância. Em seguida, trataremos de apresentar elementos mais qualitativos, embora que saibamos serem insuficientes, para a apreensão das dimensões da exploração sexual.

Sabemos que na conjuntura atual marcada pela crise estrutural do capital, pelo retrocesso no campo dos direitos sociais, pelo acirramento e aprofundamento das desigualdades sociais, nos deparamos com um contexto que congrega fortemente o individualismo, a competitividade, a mercantilização das mais variadas dimensões da vida social e a desestruturação em vários níveis da nossa formação societária e contextos familiares. Características próprias do modelo societário capitalista vigente que, somados às transformações societárias, produzem processos ideológicos de aceitação da ordem, das desigualdades e do autoritarismo presentes nas relações sociais.

A construção dessas concepções é reproduzida pela indústria midiática (propaganda, televisão, rádios) e dissemina, sobretudo entre os jovens, a necessidade do consumo (cidadania via consumo), a competitividade, de modo a agirem massificadamente para a obtenção das “marcas” impostas por esses novos referenciais, isto é, as marcas impostas pela ideologia dominante. Dessa forma, segundo o que expõe Faleiros (1998) os sujeitos se colocam conforme as marcas que podem portar e não como sujeitos de relações sociais realmente significativas¹⁵.

Desse modo, analisamos que a sociedade do capital acentua a polarização da sociedade em dois grupos distintos, sendo o primeiro composto pelos poderosos, os que possuem recursos financeiros, informação, segurança, educação e o outro, o grupo formado pelos que amargam a pobreza, o desemprego, a falta de informação e de qualificação profissional e esses fatores produzem implicações

¹⁵ Por relações sociais realmente significativas entende-se as relações estabelecidas com afeto e outros sentimentos que independam dos interesses e relações financeiras vigentes na sociedade capitalista.

reais para a complexificação da exploração sexual na atualidade, expressando com isso, a natureza de classes da sociabilidade vigente.

Não podemos afirmar que a pobreza, conforme vimos no decorrer do primeiro capítulo deste trabalho, é por si só determinante da violência e/ou da exploração sexual, da mesma forma que não podemos incorrer no erro de criminalizar ou responsabilizar os sujeitos pela condição de vida que vivenciam. Temos plena ciência de que as condições materiais das classes trabalhadoras pauperizadas se constitui fator relevante para as crescentes expressões de violência e opressão nas diversas esferas de sociabilidade, incluindo nesse cenário a exploração sexual. Muitas das quais são naturalizadas no cotidiano dos indivíduos desprovidos de alimentação, moradia, renda, educação, proteção, dentre inúmeras outras, revelando assim que este se configura como um problema de classes e não dos indivíduos que as compõem.

De acordo com Montaño (2012), vivenciamos um cenário de agudização da pobreza e das desigualdades sociais. Ainda observa o autor que, formas compensatórias com as quais se tem lidado com a questão da desigualdade não alteram em nada seus fundamentos e suas fontes, pois esta é uma questão fundada na contradição, na exploração do capital cuja tendência é acirrar-se em tempos de crises.

Ainda segundo Montaño (2012), a desigualdade atual não é resultante da insuficiência da produção, visto que, instituímos uma “sociedade de abundância”. O que verdadeiramente ocorre, é apropriação e concentração da riqueza produzida, promovendo por um lado uma gigantesca produção de riqueza e por outro e empobrecimento generalizado dos trabalhadores. Para Montaño (op. cit.) quanto maior a riqueza produzida pelo trabalhador, maior é a exploração e a expropriação capitalista. Desse modo, observamos que não é a escassez que provoca a pauperização dos indivíduos, mas sim a abundância que está concentrada nas mãos de poucos.

Neste cenário de barbárie social no qual estamos imersos, faz-se imprescindível que rompamos com concepções estereotipadas baseadas no senso comum e a ideologia dominante. Esse movimento se faz imprescindível para que possamos apreender o universo dos jovens do Projeto ViraVida. E compreendermos os mesmos inseridos num universo de pobreza, desigualdade e barbárie.

Para traçar o perfil e construirmos nossas análises sobre o nosso objeto, utilizamos uma amostra de 50% do total de cem dos relatórios de entrevistas concedidas pelos jovens a instituição. Os relatórios descrevem com clareza e detalhes as informações prestadas pelos adolescentes e jovens e por isso, são de fundamental importância para a construção do perfil que desejo esboçar neste trabalho. Assim, seguem aspectos sociais relevantes para apreender determinantes sociais, políticos e econômicos das condições de vida em que se encontram esses sujeitos na conjuntura atual.

- **Idade**

Conforme vimos, o público do ViraVida é composto por jovens que tem entre 16 até 21 anos, contudo na pesquisa realizada identificamos 03 (tres) jovens com idade superior a média estabelecida. Significa que, a depender da situação e avaliação podem se inserir jovens com idade superior aos condicionantes do projeto. Veja o quadro a seguir:

QUADRO 1 – O QUANTITATIVO DE JOVENS PESQUISADOS NO VIRAVIDA E FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	QUANTITATIVO
16 – 17	22
18 – 19	13
20 – 21	12
22 – 23	03
TOTAL	50

Fonte: Elaboração própria

Podemos identificar durante o estágio, que muitos adolescentes procuram o projeto como uma oportunidade que encontram para saírem da situação de exploração, infelizmente, muitos jovens ainda ficam de fora, uma vez que, embora o projeto quisesse inseri-los, não há vagas para todos os que se inscrevem.

Ainda no que remete a faixa etária de idade com que esses adolescentes e jovens são inseridos na exploração sexual, os relatórios acessados demonstraram que 7,31% deles entraram quando tinham entre 12 e 13 anos de idade; 68,29% quando tinham idade entre os 14 e os 16 anos; 24,39% entre os 17 e os 18 anos e

21,95% não esclareceram esses dados. Podemos perceber que grande parte dos jovens entram no circuito da exploração sexual ainda na fase inicial da adolescência (12 e 16 anos), período da vida que o sujeito desenvolve sua própria identidade, sua criticidade, autonomia e autoestima.

- **Escolaridade**

No que se refere à escolaridade apresentada pelos jovens, geralmente os níveis são baixíssimos, o que nos remete a refletir como vem sendo desenvolvida a política de educação do nosso país. Problemas como: evasão escolar; defasagem no ensino e problemas de aprendizagem é apenas um aspecto superficial/visível de imediato da problemática da educação brasileira. Na verdade, ocorre um verdadeiro sucateamento das escolas públicas do nosso país, culminando muitas vezes na “expulsão” de muitas crianças, adolescentes e jovens das instituições de ensino. Infelizmente, a baixa escolaridade, ocasionada pela educação precarizada, se constitui um dos motivos de exclusão de jovens no processo seletivo¹⁶, pois os níveis de escolaridade tem implicações diretas no acompanhamento dos jovens no curso profissionalizante que é disponibilizado pelo projeto.

Neste espaço é importante mencionar o fato de que neste ano de 2013 o ViraVida já recebeu duas jovens semianalfabetas que estão sendo alfabetizadas no projeto para posteriormente serem inseridas em um dos cursos profissionalizantes e, em seguida, no mercado de trabalho. Isto porque em 2013 o ViraVida deu início a educação básica do SESI com alunos do ensino fundamental, visando inserir de forma ainda mais qualificada os jovens que fazem parte do projeto.

A maioria dos jovens do Vira Vida encontram-se cursando o ensino médio. Este é um fator positivo, considerando as condições concretas de inserção no ensino público. Contudo, não são raros os que estão “em atraso com os estudos”. Muitos encontram-se ainda no ensino fundamental, quando deveriam estar no ensino médio ou até já tê-lo concluído. Vejamos o quadro a seguir,

¹⁶ O fato apresentado não significa dizer necessariamente que os adolescentes e jovens não possam futuramente se inscrever no projeto. Acontece que, o processo de escolarização inicial não são possíveis no ViraVida devido às limitações estruturais do projeto e devido às limitações da equipe técnica que é reduzida.

QUADRO 2 – ESCOLARIDADE DOS JOVENS INSCRITOS NO PROJETO VIRAVIDA

Idade/anos	Ensino Fundamental	Ensino médio	Total
16 a 21	44%	56%	100%

Fonte: elaboração própria

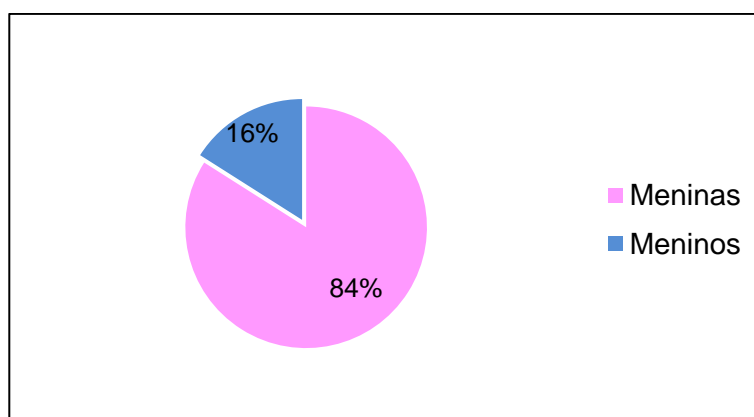
É válido ressaltar, que estar matriculado regularmente na escola corresponde a um dos critérios de permanência no ViraVida, de modo que muitos desses/as jovens só voltam a estudar porque entram no projeto e sabem que precisam estar estudando para permanecerem. Alguns deles/as, estavam afastados da escola, muitos por até um ou dois anos.

Considerando esse déficit de escolaridade constatado, observa-se que a violação de direitos na vida desses jovens não se dá exclusivamente no que tange à exploração sexual. Assim, a problemática da educação precarizada que acompanhamos em todo o Brasil, também afeta significativamente a escolarização e o aprendizado por parte desse segmento, o que amplia o horizonte de violações que se inscrevem no cotidiano destes.

- **Gênero**

Mais um indicador importante é o de que o público da amostra a que tivemos acesso é composto, em sua grande maioria, pelo gênero feminino. Em dados reais vimos que 84% são meninas e apenas 16% são meninos.

GRAFICO 1 – SEXO/GÊNERO DOS/AS JOVENS DO PROJETO VIRAVIDA



Fonte: Projeto Vira-Vida de Natal/RN.

Está evidente o recorte de sexo/gênero no âmbito da exploração sexual, atingindo majoritariamente mulheres e meninas. No entanto, não significa dizer que não ocorra a inserção do público masculino, ou que não venha aumentando no decorrer dos anos. Isto porque, os mecanismos de cooptação para ambos os gêneros têm se tornado ainda mais potentes: a pobreza, o envolvimento com as drogas (tráfico), o desemprego. São elementos que conduzem os/as jovens a serem arbitrariamente explorados no mercado do sexo.

A relação mulher e exploração sexual é ainda perpassada por desigualdades das relações sociais de gênero. Nesse sentido, é importante salientar que com a consolidação da propriedade privada do corpo das mulheres, elas foram colocadas em situação de inferiorização e subordinação aos ditames do macho. Ao longo dos tempos, a opressão das mulheres se perpetua modificando-se em intensidade, conteúdo e formas de materialização nas diversas conjunturas. Assim, também podemos apreender a exploração sexual, produto das relações sociais, movendo-se e particularizando-se nas especificidades dos contextos sociais.

Nesse sentido, as relações de dominação e exploração encontram-se presentes na realidade social materializando-se nas desigualdades identificadas na vida cotidiana dos sujeitos sociais. Ou seja, objetivam-se nas relações de trabalho, no exercício da sexualidade, nas relações de poder, na violência que assola o cotidiano social e, particularmente, a vida das mulheres. Inscrita no movimento dinâmico do tecido social, isto é, a partir de suas relações antagônicas e contraditórias a exploração sexual atinge incisivamente as mulheres. Prevalece a coisificação e a mercantilização do corpo feminino, com a apropriação e a exploração da sexualidade e sensualidade (MARQUES, 2011).

No que se refere a dimensão de raça/etnia, não nos foi possível catalogar esse dado, haja vista não conter a informação nos relatórios analisados.

- **Filhos**

Outro aspecto que identificamos a partir da coleta dos dados é a condição de mãe/pai dos/as jovens do projeto. Não raras vezes, esse elemento condiciona a inserção na lógica da exploração, devido ao aumento das necessidades imediatas e outros agravos. Das jovens que fazem parte do projeto, 40% têm pelo menos um

filho. Há também algumas jovens já com dois filhos. Foi possível perceber que a gravidez na adolescência ainda é recorrente nos tempos atuais. Chamou-nos atenção o fato de algumas jovens afirmarem já ter engravidado dos “clientes”. Aí uma dupla violência, aquela que as submete a lógica mercantil do sexo, e a maternidade compulsória¹⁷ fazendo-a “lutar com suas próprias forças, já que não podem, segundo a tradição, viver unicamente dependendo de um marido que as mantenha” (KOLONTAI, 2011, p.16).

Nesse sentido, constatamos que a gravidez precoce e todas as dimensões que abarca se constitui elemento importante a nossa análise do fenômeno. Identificamos em diversos relatórios que, não raras vezes, as jovens mencionam as necessidades do sustento de seu(s) filho(s) como primeiro condicionante ao mundo da exploração, uma vez que, não possuem outras oportunidades de o fazê-lo. Essas jovens também passam a contribuir com as despesas de suas residências. Grande número delas residem apenas com suas mães e seus parceiros (ou apenas pai das crianças), também responsáveis por assegurar o sustento de seu (s) filho (s) não as ajudam com as despesas das crianças.

Aliado a tudo isso, têm-se ainda a inserção precária das mulheres no mercado de trabalho, a desvalorização do trabalho das mesmas e, conseqüentemente, salários menores, inferiores aos dos homens, mesmo quando ocupam as mesmas funções. Temos ciência que homens e mulheres são explorados no modo de produção capitalista, mas há particularidades na forma de exploração feminina. Tais particularidades são materializadas na vida das mulheres trabalhadoras (únicas responsáveis pela renda, sustento e educação da família), que veem no seu cotidiano as expressões concretas das desigualdades sociais: o não acesso aos serviços e bens coletivos, a precariedade das condições e relações de trabalho, o peso do conservadorismo e da moral burguesa.

¹⁷ Chegamos a essa conclusão de que os filhos podem ser dos clientes da exploração sexual ou dos parceiros e/ou namorados das jovens com base nas entrevistas as quais tivemos acesso, onde algumas jovens revelaram que já haviam realizado abortos clandestinos, alegando que não gostariam de ter filhos de homens pelos quais não nutriam nenhuma espécie de afeto, ou filhos cujos pais fossem desconhecidos.

Podemos inferir que, em tais condições a exploração sexual se torna estratégia de prover o sustento e minimizar as condições precárias de vida¹⁸, ainda que, signifique submeter-se a condições degradantes como: violência, humilhações dos clientes e o preconceito da sociedade. Atentamos que, se trata do provimento das necessidades mais imediatas, tendo em vista que, os valores do programa se situam entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00. Valor insuficiente para suprir todas as necessidades materiais e espirituais dessas jovens e suas famílias.

As jovens afirmam que as quantias que recebem pelos programas é pouca, mas que não enxergam outro modo para garantirem o sustento. Mencionam por exemplo, que deixam currículos em lojas da cidade, mas não são selecionadas para as vagas disponíveis, seja pela pouca idade, seja por falta de qualificação ou baixa escolaridade, aparência física entre outros fatores.

É válido destacar ainda, a presença constante dos programas de transferência de renda nas famílias, pois muitas jovens relataram que a família recebe o benefício do Programa Bolsa Família do Governo Federal e percebi que em um número expressivo dos casos que analisei, essa é a única renda fixa do domicílio e que os jovens complementam esse valor mensalmente com o dinheiro obtido a partir da exploração sexual.

Sem dúvida, a condição de empobrecimento e precarização que perpassa a vida de imensa parcela dos trabalhadores no nosso país motiva nossos jovens a se inscreverem nessa lógica perversa. Aliado a esse fator, a lógica consumista e mercadológica que perpassa as relações sociais capitalistas, também é identificada nas falas dos sujeitos do ViraVida. Alguns relatam o desejo¹⁹ (alimentado pela ideologia capitalista) em obter roupas, sapatos, irem a festas com os amigos, coisas que suas famílias quase nunca podem satisfazer. Almejam portanto, um padrão de vida “incompatível” com a realidade vivenciada. Momentaneamente, a forma mais rápida de alcança-lo é a exploração sexual. Apesar da dimensão subjetiva, fica evidente: a concentração das riquezas, o não acesso aos bens produzidos

¹⁸ Não estamos afirmando que esta atividade sexual remunerada irá sanar os problemas financeiros da família, mas haja vista, a urgência da sobrevivência esta pode vir a se tornar para estes sujeitos um meio.

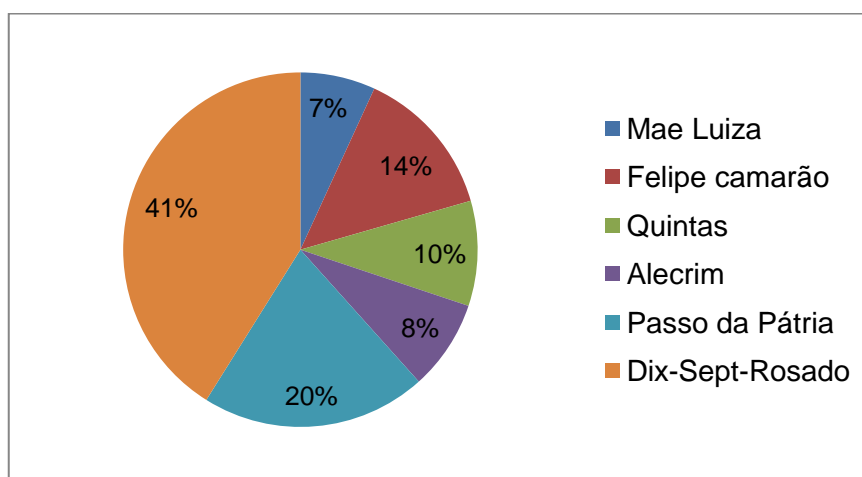
¹⁹ Não se trata aqui de entendermos o desejo apenas na sua dimensão subjetiva e moralizadora. Sabemos que é próprio do metabolismo da sociedade vigente, elaborar objetos de desejo dos indivíduos e mercantilizar todas as dimensões da vida social.

socialmente, a reprodução dos valores e concepções burguesas ajudam a compor os elementos determinantes do nosso objeto de estudo.

- **Origem dos jovens (bairros de Natal)**

Como podemos identificar no gráfico seguinte, são diversas as localidades de onde estes jovens são oriundos. Mas um fator predominante, é que todos os bairros situam-se na periferia da Cidade do Natal (Mãe Luíza, Felipe Camarão, Quintas, Alecrim, Passo da Pátria, Dix-Sept-Rosado). Vejamos o gráfico:

GRAFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS POR BAIROS



Fonte: Relatórios de entrevistas do Projeto ViraVida de Natal/RN.

Como a maioria dos bairros periféricos das grandes cidades, os bairros listados possuem sérios e complexos problemas; pobreza, violência, precarização dos instrumentos sociais como: educação, saúde, lazer, ainda diversas outras problemáticas que expressam o acirramento da questão social e, por conseguinte, contribuem para a agudização das formas da exploração sexual dos jovens que neles vivem.

De acordo com Castel (1995) apud Guerra; Ortiz; Valente; Fialho (2007, p. 6) essas regiões das grandes cidades denominadas de “periferia precária”, são forjadas pela evolução do capitalismo moderno, bem como as mudanças que este imprime na formação societária. Essas transformações ocorrem no contexto da

produção e reprodução social dos indivíduos, comprometendo com isso, os níveis e as condições dessa reprodução.

Ainda conforme salientam Guerra; Ortiz; Valente; Fialho (2007), o fenômeno do pauperismo engendrado na sociedade se reveste de novos contornos. Nos tempos presentes, centenas de milhares de indivíduos são destituídos das condições mínimas de sobrevivência, ao passo em que sabemos da nossa “incessante capacidade de geração de abundância”²⁰. Esse processo torna-se ainda mais duro quando nos damos conta de nossa capacidade produtiva, sobretudo, considerando que “a produção da riqueza é coletiva, mas sua apropriação é privada” (GUERRA, ORTIZ; VALENTE; FIALHO, 2007, p. 2). É sabido que a miséria cresce na mesma medida em que cresce a produção de riqueza e a acumulação do capital.

Nessa perspectiva observamos que esse público das camadas periféricas vivencia um processo que pode ser denominado de *isolamento social*, conforme estabelece Silva (2007, p. 29) e sabe-se que este processo de isolamento no qual estão imbricados estes sujeitos, é dotado de privações e carências de naturezas diversas.

Podemos circunscrever os jovens do projeto nesse processo de isolamento, mas não das relações sociais, tampouco do aparato ideológico que perpassa a vida destes, mas isolamento das condições efetivas de seu pleno desenvolvimento. Dos direitos e garantias sociais como: saúde, educação, lazer, cultura. Observamos que seus sonhos/objetivos ficam distantes; a falta de perspectiva se evidencia nas falas dos adolescentes e jovens entrevistados.

Nesse sentido, podemos afirmar que a ampliação e consolidação dos direitos se coloca como mecanismo urgente para o enfrentamento da problemática. Aqui situamos a responsabilidade do Estado na elaboração de políticas públicas (embora saibamos os limites das políticas sob os marcos da sociabilidade burguesa) que possibilitem condições efetivas de desenvolvimento humano, social e individual dos nossos jovens. Particularmente, os filhos/filhas da classe trabalhadora.

Nesta direção, Leal e Leal (2007), assevera que devemos pautar nossas lutas na perspectiva da universalização dos direitos humanos. Resgatando direitos subtraídos e fortalecendo as lutas pelas conquista de novos direitos. Para tanto, a organização coletiva dos indivíduos sociais é imprescindível. Para a autora, a

²⁰ Cf. Ziegler. 2013

concretização dos direitos se constitui uma das estratégias de enfrentamento as formas de exploração, na direção da defesa e promoção da emancipação dos indivíduos em situação de exploração. Devolvendo aos mesmos o seu “lugar de sujeitos de direitos e a centralidade da construção histórica por respeito, oportunidades e direitos” (LEAL e LEAL, 2007, p. 105).

Corroboramos, com a autora quando afirma ser a exploração sexual de crianças e adolescentes, um fenômeno multifacetado. Escreve a autora,

Diante da complexidade do fenômeno os pesquisadores e profissionais devem fazer um esforço para dar à análise e à intervenção, direções mais claras, incluindo os vários aspectos da problemática, pois a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes não se coloca apenas como um problema econômico, mas como uma questão cultural e política da sociedade, ou seja, sua visão e exercício da sexualidade. Nesta relação estão implicados os valores e desejos de indivíduos, socialmente construídos, numa sociedade machista e consumista de imagens do corpo da mulher como objeto sexual (LEAL, 1999, p. 11).

As colocações feitas por Silva (2007), Leal e Leal (2007) e Leal (1999) nos remetem ao fato de que a exploração sexual se caracteriza como uma modalidade desumana de “apropriar-se do outro”, perpassando todas as instâncias da vida humana e violando todas elas seja: a infância, adolescência ou juventude, seja a sexualidade, a dignidade, a moralidade, a ética. Trata-se, portanto, de um processo desumano que retira de milhares de adolescentes e jovens o direito de expressar-se e vivenciar suas vidas plenamente. Além disso, os autores mencionam a sociedade machista, que tem a mulher como objeto sexual e é consumista das imagens de seu corpo e este se configura como mais um dos motivos pelos quais existem mais mulheres que homens na ótica da exploração sexual.

Nessa direção, no próximo item nos deteremos à problematizar os dados que ao nosso ver representam o que apreendemos acerca dos aspectos mais substanciais da exploração sexual, suas determinações mais subjetivas, como aspectos familiares relevantes, intenções ao buscar o ViraVida, como se deu a exploração sexual para os jovens, dentre diversas outras questões pertinentes à compreensão da temática em sua complexidade e seriedade.

3.2 OS DETERMINANTES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES E JOVENS: PARTICULARIDADES DO VIRAVIDA

No item anterior nos dedicamos a traçar o perfil dos jovens inscritos no Projeto ViraVira, público alvo de nossa análise. Esse primeiro cenário, nos possibilitou a problematização de alguns conceitos de violência sexual que, por sua vez, congrega a exploração sexual e abuso sexual, assim como proporcionou conhecermos a natureza desse fenômeno de âmbito mundial, mas que obtém particularidades em conjunturas e sociedades distintas. Neste momento, iremos analisar alguns dados que na nossa perspectiva são substanciais e contribuíram qualitativamente para nosso trabalho.

Conforme vimos anteriormente, os adolescentes e jovens, majoritariamente, têm baixo nível de escolaridade, moram em bairros periféricos de nossa cidade, e são filhas e filhos da classe trabalhadora pauperizada. Significa que, tais sujeitos estão circunscritos num ambiente de inúmeras necessidades e precariedades, onde as necessidades financeiras, ou seja, as necessidades imediatas de sobrevivência são urgentes e a sua resolução, passa diversas vezes pela lógica da exploração.

Nesse sentido e, considerando a conjuntura que vivenciamos de exploração da força de trabalho e de acirramento das expressões da questão social, verificamos que as possibilidades desses jovens alçarem grandes voos e, ampliarem os horizontes de suas conquistas são, concretamente, limitadas. A partir disso, a exploração sexual se configura como uma problemática que merece nossa atenção, bem como uma análise qualificada e profunda. Ainda, a atenção do Estado na elaboração de políticas públicas efetivas que garantam e reconheçam as crianças, adolescentes e jovens das classes trabalhadoras como sujeitos de direitos.

Somados à falta de oportunidade e à ampliação das expressões da questão social, ainda, pudemos identificar nos relatórios de entrevistas²¹ realizadas para a inserção dos jovens no Projeto ViraVida, que a imposição de padrões de

²¹ Os referidos relatórios de entrevistas foram analisados com o objetivo de subsidiar e incrementar as informações que serão descritas no decorrer deste capítulo, bem como desmistificar possíveis equívocos em torno da temática da exploração sexual.

consumo, elaborados pela ordem societária vigente, é um fator importante para apreendermos as determinações da problemática da exploração sexual nos tempos contemporâneos, tendo em vista que o desejo de “mudar de vida” (expresso em poder de consumo), foi comum a todos os casos aos quais tivemos acesso, isto é, os jovens entrevistados relataram o seu crescente desejo de mudar a realidade em que vivem e o poder de consumo, segundo eles, representa uma espécie de mudança em suas vidas.

Além disso, esse anseio por modificações em seu padrão de consumo também é incrementado pelo desejo de obterem outras oportunidades na vida, ou seja, condições concretas, materiais de acesso a saúde, educação, lazer e trabalho que os possibilite vislumbrar outros horizontes, que não a exploração sexual.

A sociedade capitalista elabora um padrão de vida e consumo e o reproduz por todos os espaços de sociabilidade. Ainda, mercantiliza e coisifica todas as dimensões da vida: nossos afetos, objetivos, nossos corpos. Nesse sentido, entendemos ser a exploração sexual funcional a lógica de acumulação do capital, haja vista que, mobiliza um mercado milionário ao redor do mundo. Estabelecendo rotas de turismo sexual ao redor do mundo. O Rio Grande do Norte se inscreve nesse movimento e dinâmica do mercado do sexo.

Entendemos que a inserção na lógica da exploração (mulheres e homens) não se trata apenas de uma opção/escolha, é preciso ir além e identificar os meandros, a dinâmica e as contradições que perpassam o fenômeno, que suas determinações estão intrinsecamente articuladas ao processo de desumanização e barbarização da sociedade vigente, que destitui segmentos sociais inteiros das condições mínimas de sobrevivência. Pudemos identificar essa determinação no anseio de mudança expressa pelos jovens do projeto²².

Muitas vezes a mudança está atrelada aos filhos e famílias: o desejo de se sentirem exemplos, pois como muitas das jovens já tem filhos, não desejam que estes vivenciem os mesmos sofrimentos e dificuldades pelas quais passaram.

Além de vivenciarem cotidianamente, as mais variadas formas de violação de direitos e, portanto, a destituição da condição de sujeitos, ainda sofrem com o

²² Não raras vezes, é devido a não gostarem da vida que têm com a exploração, não se sentem bem com o que fazem, muitos descrevem até que sentem “nojo” de si mesmo e, por isso, desejam ter uma chance de promover uma mudança realmente significativa em suas vidas.

preconceito e os estereótipos criados e reproduzidos nas relações sociais (cujas marcas centrais são: o conservadorismo, o autoritarismo e o patriarcado) que atribuem concepções equivocadas aos jovens envolvidos na exploração sexual.

Assim, a esse respeito dos estereótipos que a sociedade impõe para os jovens que estão na exploração sexual, muitos deles citam em seus discursos os preconceitos que sofrem, as críticas das quais são alvos constantes, além da exclusão e do constrangimento que passam por parte de alguns amigos, vizinhos e da própria família, que na maioria dos casos, não apoia quando toma conhecimento da realidade de exploração que esses jovens vivenciam.

A inserção na lógica da exploração sexual possui nuances que não são possíveis de enxergarmos apenas com a observação, pois a problemática na sua fase mais visível e imediata não nos dá os elementos substanciais e indispensáveis à sua apreensão. Assim, faz-se imprescindível analisarmos as formas de cooptação/aliciamento desses jovens, uma vez que essa inserção na exploração sexual ocorre diretamente influenciada pelo contexto de vida de cada um dos adolescentes e jovens, pois diversas motivações surgem a partir da abordagem a respeito do por que de terem adentrado nessa ótica exploratória e a grande maioria delas relacionadas às condições de vida que apresentam.

Ao observarmos tal cenário é preciso atentar para as desigualdades sociais, o desemprego, a exploração da força de trabalho e, ainda o processo de desresponsabilização do Estado frente às demandas da classe trabalhadora, acentuadas nas últimas décadas.

Majoritariamente, as jovens citaram que quando começaram realizar os programas não tinham a real dimensão do que representaria em suas vidas. Não sabiam com clareza o que significava *“sair com pessoas em troca de dinheiro”*²³, mas que, com o passar do tempo e, não identificando outras formas de sobrevivência, acabaram por naturalizar a situação, haja vista que, as necessidades imediatas da vida precisam de respostas também imediatas.

²³ A expressão em destaque foi observada inúmeras vezes durante o processo de entrevistas com os jovens do ViraVida, o qual acompanhei na condição de estagiária da instituição e isso também se refletiu em alguns dos relatórios analisados para a formulação deste trabalho.

Nos dados coletados, cerca de 48% jovens iniciaram sua incursão na exploração sexual influenciadas por pessoas conhecidas (geralmente amigas²⁴) que já faziam programas e as apresentavam aos possíveis clientes. As formas são diversas, festas, encontros combinados, contatos. Outras eram apresentadas a aliciadores, nestes casos, eram eles que faziam os contatos, os acordos necessários e agendamentos ficando com parte do montante requerido pelo programa.

Não raras vezes, meninas e meninos são envolvidos com o discurso do “dinheiro que era fácil²⁵” e rápido, o que torna atrativo a primeira vista. Contudo, esse discurso, esconde a face cruel e perversa da exploração: sofrem as mais diversas formas de agressões, vivenciam inúmeras situações igualmente perigosas que põem em risco suas próprias vidas, são humilhadas, e muitas são obrigadas pelos clientes a usarem drogas²⁶, sob coerção e ameaças constantes²⁷. Este é portanto, um fenômeno que está fortemente atrelado a um outro, que é o da exacerbação da violência.

De acordo com Leal (1999), a exploração sexual consiste em uma construção social reveladora de práticas, atitudes, comportamentos e ideias que demonstram total desconhecimento das questões mais elementares relativas aos direitos humanos e dissemina a dominação do homem sobre a mulher e também a dominação dos mais poderosos sobre os mais despossuídos. Para a autora, esta troca de favores sexuais é capaz de transformar a pessoa prostituída em produto de consumo, que se organiza a partir da oferta e da demanda.

²⁴ Leal e Leal (2005) mencionam as mulheres que exercem funções de aliciadoras e afirmam que nem todas tem consciência de que de fato estão realizando uma espécie de aliciamento.

²⁵ Expressões utilizadas pelos/as aliciadores para envolver as jovens na rede de exploração sexual. Não podemos esquecer que vivemos num mundo capitalista, no qual as relações sociais são cada vez mais coisificadas e reduzidas a aspectos materiais, de modo que o “mercado do sexo” consiste em uma atividade significativamente lucrativa e por isso tem a capacidade de promover a circulação de milhões em dinheiro, por isso o dinheiro pode ser considerado por essas jovens como algo “fácil e rápido”.

²⁶ Algumas jovens mencionam o envolvimento com drogas. Algumas a dependência é posterior a inserção na exploração sexual, outras a dependência é anterior e se constitui como porta de entrada.

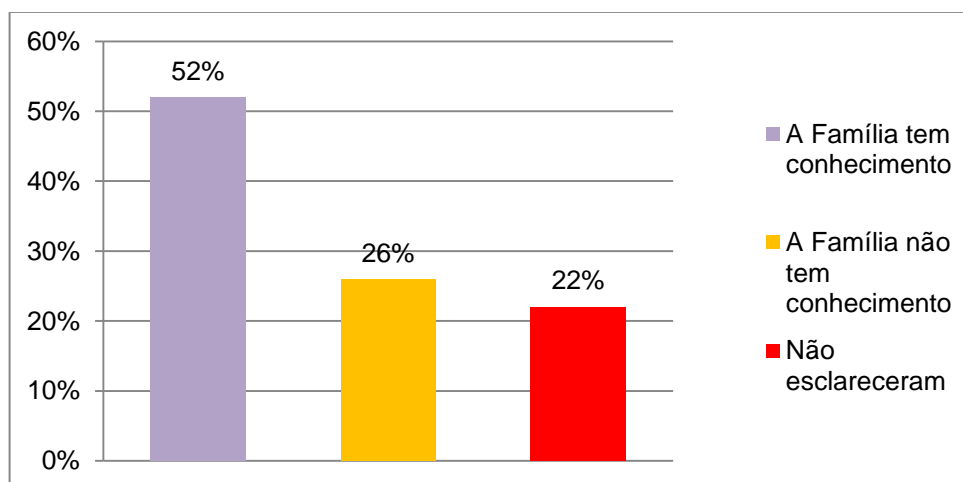
²⁷ Houveram casos acessados em que os jovens revelaram que faziam uso de drogas, bebidas para suportarem a pressão pela qual passavam quando estavam nas ruas realizando programas, pois precisavam permanecer acordados por muitas horas durante a noite e o uso de tais substâncias auxiliava significativamente neste aspecto, inclusive pelo fato de que quando estão nas ruas, normalmente estão acompanhados de grupos, onde muitos jovens também faziam uso dessas substâncias químicas e influenciavam uns aos outros.

Podemos inferir, portanto, que a dinâmica da exploração sexual é um processo de mercantilização/coisificação de meninos e meninas. É ainda um processo de violação dos direitos da juventude que nela se insere de maneira coagida e/ou persuadida.

Ainda nessa direção da mercantilização, vimos que há os jovens que possuem clientes fixos, que saem para a realização de programas diariamente e que, inclusive, são os clientes que procuram e agendam os encontros entre eles. Para estes jovens existe uma perspectiva de renda fixa mensalmente, devido à média de programas semanais que realizam. Entretanto, existem os jovens que não possuem clientes fixos, que não desempenham atividade sexual remunerada diariamente. Estes realizam programas de acordo com a sua necessidade financeira e há medida em que surgem clientes interessados, por isso não possuem uma perspectiva de renda fixa por mês, de acordo com a sazonalidade dos programas.

Outro fato importante que identificamos ao analisarmos os relatórios, se refere ao fato das famílias terem ou não conhecimento sobre a inserção das jovens na exploração sexual. Do total de entrevistas analisadas, 52% das jovens entrevistadas afirmaram que pelo menos um dos membros de suas famílias tinham conhecimento do que ocorria com as mesmas. Outras 26% alegam que seus familiares desconhecem. Expressam que sentem “vergonha” e por essa razão e/ou medo de sofrerem represálias ou preconceito preferem ficar caladas. E, 22% não forneceram essa informação. Vejamos o gráfico a seguir,

GRAFICO 3 – INDICATIVOS DE CONHECIMENTO DA FAMÍLIA SOBRE A CONDIÇÃO DE EXPLORAÇÃO



Fonte: Relatórios de entrevistas do Projeto ViraVida de Natal/RN.

O gráfico acima demonstra que parte significativa das famílias sabem da situação na qual se inscreve seus membros. Não podemos afirmar, apenas com base nesse dado que os laços familiares estejam fragilizados, ou ainda não podemos apenas afirmar a fragilização dos laços sem problematizar as raízes nas quais se assentam. Não nos é dado nesse momento, espaço e tempo necessário para aprofundar esse debate, por essa razão nos resta, tentar analisar esse dado a partir das determinações materiais e subjetivas que incidem sobre as relações sociais e, portanto sobre essas famílias. Nesse sentido, as motivações para saber e não enfrentar o problema podem ser inúmeras. Assim como são também inúmeras as motivações dos jovens para escondê-las dos seus familiares²⁸.

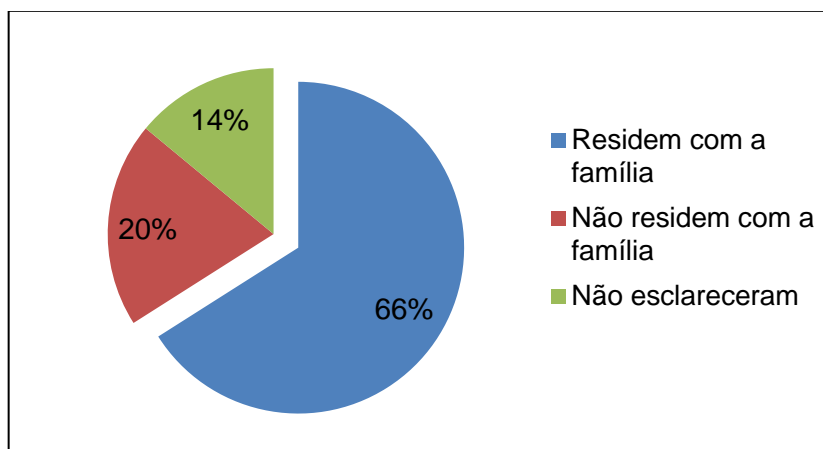
Quanto ao contingente de famílias em que um ou mais membros tem conhecimento acerca da exploração sexual, observamos com base nos relatórios vistos, que isso não significa que não existem vínculos familiares fragilizados nessas famílias, pois muitos jovens relataram em seus discursos que a situação familiar foi agravada após a descoberta sobre a atividade sexual remunerada, chegando, em alguns casos, ao rompimento completo do vínculo familiar, uma vez que as famílias, em geral, não admitem que as jovens exerçam esse tipo de atividade para auxiliar nas despesas.

No âmbito desses aspectos familiares relevantes observou-se também que 66% destes jovens do ViraVida moram com a família, mesmo que não necessariamente com os pais, uma vez que alguns deles destacam que residem com avós, irmãos, tios(as) ou outros parentes. Outros 20% disseram que não residem com a família, porque moram apenas com os filhos ou com amigos e 14% não esclareceram essa informação²⁹, conforme ilustramos no gráfico abaixo:

²⁸ Em alguns dos relatórios analisados, as jovens colocaram que os familiares tinham conhecimento acerca da exploração sexual, mas que acabaram por aceitar a realização desta atividade por considerarem que não havia outra forma de prover as necessidades e estas também mencionaram que de fato houveram abalos nos vínculos familiares após a descoberta.

²⁹ Neste aspecto de residirem ou não com a família, constatou-se que alguns jovens que não moram com seus familiares já residem sozinhos e sustentam-se por conta própria, de modo que vimos a presença de vínculos familiares conflituosos em um significativo número de casos analisados, pois estes jovens alegaram divergências com as famílias, tanto pelo fato de não apoiarem a sua condição de exploração, quanto por brigas, desavenças, abandono, negligência, dentre outras questões.

GRAFICO 4 – SITUAÇÃO DE HABITAÇÃO DOS SUJEITOS



Fonte: Relatórios de entrevistas do Projeto ViraVida de Natal/RN.

Um outro aspecto de suma importância é a problemática do abuso sexual, pois alguns relatórios revelaram que houveram tentativas de abuso sexual por parte dos pais, padrastos, tios. Em alguns casos as tentativas foram frustradas e em outros foram consumadas, ocasionando traumas que persistiram até os dias atuais, de maneira que era possível perceber o medo e as consequências traumáticas desses atos durante as entrevistas dos jovens ao ViraVida e, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho monográfico, o abuso sexual não é por si só determinante para a exploração sexual, mas apresenta-se como uma “porta de entrada” para tal atividade, devido ao nível de violações e transtornos já sofridos por estes jovens.

Segundo Faleiros (1998), o abuso sexual não determina necessariamente a inserção da criança ou do adolescente na rede de prostituição, mas por se tratar uma importante dimensão de vulnerabilização acaba se tornando uma espécie de porta de entrada para o ingresso na exploração sexual. Arelada, sobretudo, as condições de vida e sobrevivência e as redes de aliciadores extremamente articulados que desenvolvem estratégias constantes de cooptação desse segmento.

Nesta direção, Leal e Leal (2005) também mencionam a violência intrafamiliar elemento importante à incursão e a cooptação de adolescentes e jovens para a rede do mercado sexual. Tanto em âmbito local, como em âmbito internacional, referindo-se aos casos de tráfico de mulheres para fins sexuais no exterior.

Igualmente, as autoras mencionam os quadros situacionais difíceis das famílias destas jovens, onde ocorre a presença constante de índices de pobreza, vulnerabilidade, fragilização das relações familiares impulsionadas por violência, maus tratos, negligência, abandono, dentre outras formas de desproteção. Desse modo, as autoras afirmam que não devemos considerar apenas a dimensão financeira que cerca o contexto da exploração sexual, pois há os casos em que o cenário familiar, também se configura como um fator de peso na inserção destas jovens na exploração sexual, pois agrava essa conjuntura de fragilidades e vulnerabilidades existente, como uma espécie de resposta impulsionada por sua condição de vida extremamente precária.

Essas formas forçadas de inserção estão intimamente ligadas à clandestinidade e ilegalidade do fenômeno da exploração sexual. Tais fatores quando atrelados às proporções mundiais do fenômeno, que já descrevemos no capítulo anterior, tendem a dificultar ainda mais a visibilidade e a quantificação dos índices e indicadores referentes à problemática da exploração sexual.

A esse conjunto de dificuldades que propiciam a invisibilidade do fenômeno da exploração sexual, Leal e Leal (2005) acrescentam fatores como a censura em torno das vítimas, que proporciona o silenciamento destas jovens e com isso, as redes de mercantilização do sexo são resguardadas, contribuindo massivamente com a violação de direitos. As autoras esclarecem ainda, que estas jovens precisam ser empoderadas, para que venham a se reconhecerem como ser social e não “mercadorias”.

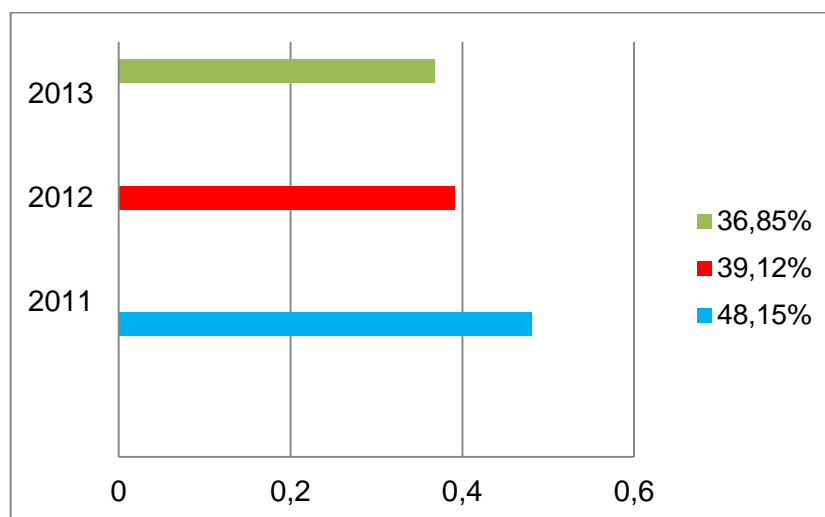
Em meio a esse difícil processo da criação de dados palpáveis que possam materializar as proporções dessa exploração nos estados brasileiros, no Brasil temos o Disque Denúncia Nacional - DDN, o DISQUE 100³⁰, que apresenta dados alarmantes dos casos de exploração em todo o território nacional.

Alguns dados recentes do DISQUE 100 referentes aos locais em que mais ocorrem a violação dos direitos da criança e do adolescente em todo o país,

³⁰ O Disque Denúncia Nacional, ou Disque 100, é um serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da SPDC/SDH. Trata-se de um canal de comunicação da sociedade civil com o poder público, que possibilita conhecer e avaliar a dimensão da violência contra crianças e adolescentes e o sistema de proteção, bem como orientar a elaboração de políticas públicas, com o objetivo de receber/acolher denúncias de violência contra crianças e adolescentes, procurando interromper a situação de violação.

revelaram que essa violação ocorre com maior incidência na casa dos violadores, sendo correspondente ao valor de 48,15% em 2011; 39,12% em 2012 e em 2013 esse valor foi de 36,85%, como ilustramos no gráfico abaixo:

GRÁFICO 5 – VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL



Fonte: Disque Denúncia Nacional – DISQUE 100.

Em conformidade com o site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sabe-se que o serviço do DISQUE 100 atua em três níveis nos quais ouve, orienta e registra a denúncia; encaminha a denúncia para a rede de proteção e responsabilização; monitora as providências adotadas para informar a pessoa denunciante sobre o que ocorreu com a denúncia. Os dados gerados pelo Disque Denúncia são fundamentais para o mapeamento de regiões críticas. Pelo número de denúncias recebidas, a Comissão pode detectar e agir regionalmente em focos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Contudo, há um limite que por vezes freia e acaba por retardar algumas dessas ações, pois se tem como impecílio a efetivação da rede, isto é, a rede de atendimento, as instituições públicas estão sucateadas e com isso, nem sempre conseguem dar os encaminhamentos necessários às denúncias recebidas, ou responder às demandas em tempo hábil para a solução dos problemas.

Desse modo empreende-se, portanto, que o ato de denunciar, bem como os mecanismos de monitoramento e controle dessas denúncias se configuram como estratégias de enfrentamento muito importantes, pois possibilitam a mensuração do

contingente da exploração sexual no Brasil e no mundo, além de estimularem a criação de políticas, programas e projetos mais eficazes no combate a essa atividade e todas as violações e consequências que ela acarreta para aqueles que são explorados. A eficácia do combate à problemáticas como a da exploração sexual está diretamente ligada à criação de ações que sejam capazes de transformar a base das relações sociais de sexo, gênero, classes, além da superação da ordem capitalista existente.

Entretanto, faz-se necessário nesse cenário de enfrentamento, o incremento das formas de repressão e punição aos responsáveis, a melhoria na legislação, bem como o respeito e cumprimento das normas legais que já existem para este contexto, dentre diversas outras formas de sanar esta problemática. Além das praticas repressivas é imprescindível criar condições reais, situadas nas esferas da educação, saúde, emprego e renda que possibilitem aos sujeitos sociais as condições reais de vida que não os obrigue a se inserir nessa pratica exploratória.

No que diz respeito ao enfrentamento dessa problemática, Leal e Leal (2005) referem-se à criação de políticas sociais específicas para o atendimento do público vítima da exploração sexual. A afirmação dessa necessidade, não suprime as políticas universais. Nossa defesa parte sempre da universalização dos direitos e não de sua fragmentação e focalização, contudo, reconhecemos as especificidades da problemática em foco e dos segmentos que a vivenciam. Nesse sentido, corroboramos no alerta sobre a elaboração de ações que visem à desmobilização das redes de aliciamento e o enfrentamento direcionado a garantia e expansão dos direitos dos trabalhadores e suas famílias.

Para Leal e Leal (2005), o fenômeno da exploração não é algo de fácil resolução, tendo vista, seus meandros e funcionalidade para a sociedade machista, patriarcal e capitalista que se tem:

O fenômeno é complexo e inaceitável, uma vez que emerge da crise entre mercado, Estado e sociedade e se materializa em crime organizado, associado à corrupção institucional [...] é resultado das contradições sociais, acirradas pela globalização e pela fragilidade dos Estados Nações, aprofundando as desigualdades de gênero, raça e etnia (LEAL e LEAL, 2005, p. 2).

Contudo, também é importante o investimento no aparelho repressivo/punitivo e nos aspectos normativos, enquanto uma dimensão para a

construção uma sociedade mais igualitária, que possa proporcionar aos seus sujeitos uma verdadeira universalização e ampliação de direitos, garantindo justiça e equidade, favorecendo melhores condições de vida para a população, minimizando assim, a barbárie que estamos vivenciando constantemente.

Salientamos que entendemos os limites das políticas sociais no bojo da sociedade burguesa. Entendemos que para a superação das forças de exploração e opressão, dentre as quais, situamos a exploração sexual, só é possível a partir da construção de uma nova sociabilidade para além da propriedade privada. Contudo, não podemos negligenciar a importância, nesse momento histórico, das políticas públicas no enfrentamento as demandas das classes trabalhadoras.

Os níveis de investimentos do governo brasileiro com as políticas públicas não tem se mostrado suficientes para diminuir os índices de pauperização das famílias trabalhadoras. Ainda, que os índices apontem para uma diminuição da miséria, não significou, a redução da concentração de renda e propriedade no nosso país, ou seja, as desigualdades sociais mantêm-se de forma acentuada e complexificam-se no contexto de crise do capital e desregimentação do Estado.

Lolis e Alapanian (2012) salientam que a crise do capital se manifesta cotidianamente entre nós brasileiros de maneira particular e isso nos leva a senti-la timidamente. O fato de o crescimento econômico do país está se traduzindo na ampliação dos níveis de consumo da população não significa a redução da desigualdade social. Contraditoriamente, o aumento das condições de consumo não representa uma melhoria real das condições objetivas de vida dos brasileiros, trata-se muito mais de uma estratégia de invisibilização dos problemas sociais que vitimizam inúmeros brasileiros.

Nessa perspectiva, Wacquant (2007) apud Lolis e Alapanian (2012), ao tratar do fenômeno da criminalização da pobreza, coloca que as palavras e ações anticrime nos países desenvolvidos são introjetadas no imaginário social de forma pragmática para que com o tempo acabem por tornarem-se previsíveis, repetitivas e mecânicas destacando e priorizando como solução viável a punição, o cerceamento da liberdade como modo de garantir segurança. Assim, o Estado restaura seu controle sobre as zonas onde não há garantia de direitos e retira os “comportamentos delinquentes” do contexto das relações sociais, onde estes comportamentos estão enraizados e fazem sentido, mas ignoram-se suas causas e seus reais significados na ótica do poder público e da sociedade.

Aqui o objetivo central não é o de problematizar as formas de se criminalizar a pobreza, mas remetendo-nos a esse cenário observamos que da mesma forma que a pobreza é preferencialmente criminalizada, para que não sejam descortinadas as suas reais determinações, a falta de políticas públicas de nível satisfatório e eficaz também vem sendo “mascarada” pelo aumento do poder de consumo e outras políticas compensatórias que trazem retorno em curto prazo, ainda que superficiais, além de possibilitar a satisfação dos brasileiros que já tiveram introjetados em seu imaginário o ideal de que esta é a melhor solução e isso diminui as cobranças por melhores condições de vida.

Com isso, o Brasil pode voltar seus maiores investimentos para outros setores da economia, considerados prioritários do ponto de vista do capital e da influência neoliberal que regem o nosso país há anos.

Wacquant (2007) apud Lolis e Alapanian (2012) trazem também que essa criminalização da pobreza ocorre na realidade, como tentativa de ocultar os “deslocamentos provocados pela redução de despesas do Estado na área social e urbana e pela imposição do trabalho assalariado precário como nova norma de cidadania”, isto para indivíduos já imersos na base de uma estrutura de classes ferozmente polarizada.

Este fato trazido pelos autores nos leva a pensar que há a necessidade latente de haver uma reconstrução e reafirmação da capacidade que o Estado tem para lidar com esses deslocamentos aos quais se referiram, ao invés de promoverem uma ocultação da realidade.

Na conjuntura da exploração sexual, essa reconstrução por parte do Estado se expressa na mudança do padrão de investimento na política social, mudanças nas condições precárias de trabalho que são arbitrariamente impostas, o reconhecimento dos indivíduos sociais enquanto sujeitos de direitos, dentre inúmeras outras mudanças que necessitam ser implantadas.

Outro fator importante sobre o qual é preciso refletirmos é que todas essas tentativas de ocultação e/ou invisibilização de problemas sociais, demonstram que o Estado não se preocupa ou não pode mais tratar com profundidade tais condições sociais, que em tempos de crise encontram-se ainda mais acirradas. Dessa forma, uma possibilidade, que certamente trará grandes consequências, é a de que o “Estado social” se torne cada vez maior, passando-se a investir mais

pesadamente em formas de ocultar a realidade que em maneiras de sanar suas raízes.

Nessa conjuntura vimos que apesar de possuírem objetivos distintos, estes jovens vivenciam uma condição de pobreza presente em todos os relatórios analisados, em maior ou menor grau. Essa condição não pode ser dissociada do contexto da sociedade capitalista, a “sociedade do consumo” da qual fazemos parte, pois seja por questões mais severas de sobrevivência ou por questões mais supérfluas, é essa sociedade, e suas desigualdades, seus antagonismos de classe, sua expropriação de direitos e diversas outras questões, que expõem esses adolescentes e jovens a tal nível de degradação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico se propôs a apresentar e discutir a exploração sexual de adolescentes e jovens na cena contemporânea, detendo-se quanto aos determinantes desta atividade e seus rebatimentos, considerando a sua inserção na lógica perversa capitalista. Concluindo, portanto, que a exploração sexual é uma das expressões da barbárie a qual vivencia a sociedade nos tempos contemporâneos.

Com a elaboração dessa pesquisa consideramos que a exploração sexual se constitui uma forma de violação dos direitos humanos dos sujeitos que nela se inserem, forjada na dinâmica da sociedade do capital, ampliando-se e obtendo novas configurações conforme se acirram as expressões da questão social e se agudizam as desigualdades sociais.

As informações apresentadas ao longo da exposição, mostrou-nos a complexidade e amplitude da problemática no contexto atual, particularmente no Brasil. Possibilitou-nos ainda apreender as particularidades e similaridades que determinam as condições de vida e, portanto, a inserção de adolescentes e jovens na lógica do mercado do sexo.

Como foi-nos apresentado por Leal (2003), a exploração sexual já faz parte de nossa história há muitos séculos, contudo, a atividade nunca esteve tão evidente quanto na atualidade. Para a autora, podemos identificar que formas antigas de exploração são substituídas, no momento atual, por fenômenos ainda mais complexos, sofisticados e abrangentes que os usualmente conhecidos, utilizados para o processo de acumulação do capital.

Partindo das particularidades dos jovens do ViraVida, podemos articular a problemática as dimensões macroestruturais da nossa sociedade e, nesse sentido entendemos que, embora sejam diversos e, para alguns o caráter subjetivo prevaleça, majoritariamente, são as condições de vida (expressas na pauperização, violência, na falta de oportunidades, dentre outros aspectos) que levam esses jovens às situações nas quais de increvem. Esse movimento, nos foi imprescindível para superação de concepções individualistas e moralizantes que responsabilizam os sujeitos sociais pelos processos vividos. Concepções que, não raras vezes analisam a inserção na exploração como algo puramente moral, “de desvio de caráter” ou similar.

Acabar com fenômeno da exploração sexual e paralelamente lutar pela efetivação e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, significa lutar contra todas as formas de opressão e exploração as quais estão submetidas os sujeitos, ou seja, pela construção de uma sociedade radicalmente livre e democrática.

O enfrentamento e combate dessas questões também requer o aprofundamento qualificado e crítico da problemática. Nesse sentido, foram imprescindíveis, as apreensões, mesmo que breves, sobre o trabalho e a exploração do capital, entendidos como elementos, que tem repercussão direta no contexto da exploração sexual e da negação de direitos das crianças, dos adolescente e jovens. Aqui estão também relacionadas as transformações econômicas, a desregulamentação do Estado, flexibilização e fragmentação do trabalho, que provocam nítidas e sérias transformações na vida social. Essas situações conduzem “não somente à submissão do trabalhador a situações de vulnerabilidades e riscos sociais, como ao trabalho forçado, explorado, escravo e ao extermínio” (LEAL, 2003, p. 8).

Pude observar esse cenário com clareza durante a experiência de estágio curricular obrigatório realizado no ViraVida, tendo em vista que constatei a falta de oportunidade vivenciada pelos jovens do projeto e isso impulsionava, conseqüentemente, uma falta de perspectiva bastante preocupante e, sem dúvida, digna da atenção do Estado brasileiro. Em meio a esse contexto observa-se a importância de iniciativas como esta do Serviço Social da Indústria – SESI ao criar o Projeto ViraVida, com mecanismos e ações de enfrentamento real da exploração sexual em diversos estados brasileiros, onde o fenômeno vem se expandindo significativamente.

Do ponto de vista da política pública e do Estado brasileiro têm-se que ao longo da histórica trajetória das políticas brasileiras de atenção às crianças e aos adolescentes, é possível identificar o assistencialismo, a seletividade e focalização que perpassam a elaboração e implementação das políticas sob a orientação neoliberal. Entende-se que na contemporaneidade, as políticas públicas têm sido encaradas como alicerces de direitos no Brasil, ou seja, como se os direitos da população brasileira fossem expressos apenas nos benefícios e na transferência direta de renda promovidos pela gestão atual, demonstrando formas pontuais e separatistas de assegurar direitos.

Como afirmam Yazbek e Ozanira (2013), a política de assistência social que temos hoje no Brasil reforça a responsabilização individual para o enfrentamento de riscos sociais e isso fortalece as políticas de proteção social focalizadas nos mais pobres, ao invés de serem universais.

Ainda, temos ciência que a pobreza não será solucionada por meio da política social. Essa não se resume apenas a falta de renda vai além, se trata do não acesso da educação, saúde, lazer, cultura, ou seja, aos bens socialmente produzidos pelo conjunto dos trabalhadores. Embora seja reconhecida a multidimensionalidade da pobreza, esse reconhecimento não significou o enfrentamento as suas diversas dimensões de forma articulada.

A gravidade da temática aqui relatada pode ser atrelada ao descomprometimento do Estado frente as demandas da juventude brasileira de modo geral, conduzindo a formulação de políticas públicas ineficientes que levam a um enfrentamento ainda bastante tímido desse fenômeno, não freando assim o seu crescimento, nem tampouco os rebatimentos causados por ele tanto nos jovens, quanto em suas famílias.

Como forma de superação desse descompasso entre os direitos que eles têm e a negação deles, faz-se necessária a implantação e implementação de políticas públicas como instrumento imediato de enfrentamento à exploração sexual, a promoção da igualdade e a valorização dos jovens enquanto sujeitos em formação e, portanto, detentores de direitos.

Nessa direção é evidente a necessidade de superação da focalização das políticas públicas observada no contexto atual. A superação da concepção de que crianças e adolescentes pobres, negros de bairros periféricos são sinônimos de delinquência e abandono. Concepção ainda utilizada como justificativa de práticas punitivas e policiais que criminalizam a pobreza e os pobres.

Trata-se de uma problemática que precisa ser avaliada com urgência e uma criteriosa atenção, tanto por parte dos nossos representantes, aqueles aos quais elegemos para que formulem e conduzam a implementação de nossas políticas, quanto por parte da sociedade que compomos, tendo em vista que na cena contemporânea se caracteriza como um fenômeno cada vez mais latente, com raízes e proporções ainda pouco conhecidas e, conseqüentemente, tem poucas discussões profundas e eficazes acerca das estratégias de enfrentamento que visem a resolução definitiva dessa problemática.

Nessa direção percebe-se que a aproximação do Serviço Social com a problemática da exploração sexual se faz necessária, observando o olhar social crítico dos profissionais da categoria, além do empenho e luta em favor da classe trabalhadora, da justiça, igualdade social e, sobretudo, a luta contra o acirramento das expressões da questão social e a exploração do capital, onde se encontra a base fundadora da exploração sexual. Para tanto, o auxílio da categoria dos assistentes sociais na compreensão dessa temática e na produção do conhecimento são elementos fundamentais para o enfrentamento, favorecendo a criação de políticas públicas mais eficazes e outros mecanismos de ação.

As discussões e o controle social em torno do assunto também podem contribuir atuando como elemento provocador da conscientização da sociedade, docentes, gestores e, principalmente, dos adolescentes e jovens. Assim será possível fomentar a participação, de modo que tomem conhecimento do quão violadora é a situação de exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens que são “empurrados” em larga escala para um contexto completamente destituído de consideração com esse segmento, que constitui uma parcela bastante significativa da nossa sociedade.

Finalmente, sabemos que o objeto de estudo em questão não se esgota nesta monografia, pois a apreensão precisa ser ampliada, haja vista a complexidade e contradição deste fenômeno e as demais questões a ele atinentes, o que requer, sem dúvida, maior aprofundamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília, 1990.

_____. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório Disque Direitos Humanos Módulo Criança e Adolescente**, 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/spdca/T/RELATORIO%202011%20_agosto_.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta Dia Nacional de Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 18 de maio de 2013.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; AMORIM, Sandra Maria Francisco de. **A Proteção dos Direitos Humanos e o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Algumas Reflexões**. Programa Escola de Conselhos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília/DF, 2009.

NATAL. **Disque Denúncia Nacional – DISQUE 100**. Dados estatísticos e comparativos referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013 fornecidos pelo Projeto ViraVida de Natal/RN em Outubro de 2013.

DIÓGENES, Glória. **VIRAVIDA: Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil**. Brasília/DF: SESI, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Relatório final da oficina. Brasília/DF: CECRIA, 1998.

FERREIRA, Tânia. A criança e o adolescente – sujeitos de direitos. In: **Criança e adolescente: sujeitos de direitos**. – Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010, 220 p.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima da Silva Grave; VALENTE, Joana; FIALHO, Nádia. **O debate contemporâneo da “questão social”**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3., 2007. **mais...** São Luís: UFMA, 2007.

HELENO, Camila Teixeira. Criança e adolescente como sujeitos de direitos: uma introdução. In: **Criança e adolescente: sujeitos de direitos**. – Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010, 220 p.

IAMAMOOTO, Marilda Vilela. **A Questão social no capitalismo**. In: Temporales/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Ano. 2, nº 3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

IAMAMOOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

NATAL. **Informações preliminares sobre o programa e a missão institucional**. Disponível em: <www.viravida.com.br>. Acesso em: 14 Out. de 2013.

BRASIL. **Informações sobre o serviço do Disque Denúncia Nacional – DISQUE 100**. Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www1.direitoshumanos.gov.br/spdca/exploracao__sexual/Acoes_PPCAM/disqu_e_denuncia>. Acesso em: 06 Nov. 2013

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto. Tráfico de pessoas e exploração sexual de meninas no Brasil. In: **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES, 2007.

_____. **Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenômeno transnacional**. Lisboa, Portugal: SOCIUS, 2005.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil)**. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

_____. **Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Save the Children, 2003.

LEÃO, Renata Almeida. **Cenário Institucional do Programa ViraVida de Natal/RN**. Natal: UFRN, 2012. (Caracterização da instituição).

_____. Renata Almeida. **Justificativa e Referencial Teórico**. In: Projeto de Monografia. Natal: UFRN, 2013.

_____. Renata Almeida. **Relatório de Estágio Supervisionado**. Natal: UFRN, 2013.

LOLIS, Dione; ALAPANIAN, Silvia. A barbarização das relações sociais no Brasil: a crise mundial e a criminalização da pobreza. In: **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo: Terracota, 2012.

MARQUES, Maria de Fátima Jeronimo. **Mídia e gênero: análise crítica da violência contra a mulher no telejornalismo**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano**. 1ª edição, Editora Hucitec, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** Revista Serviço Social e Sociedade, nº 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. São Paulo.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: Temporalis, ABEPSS - Ano. 2, n. 3 (jan./jun..2001) Brasília: Graflines, 2001.

OLIVEIRA, Íris Maria de. **Política social, assistência social e cidadania:** algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. Revista Desafios Sociais, ano I, n. 2, Natal/RN: Editora da UFRN, Setembro 2003.

OLIVEIRA, Íris Maria de. [Coord.]. **Pobreza e desigualdade social em Natal.** Natal: EDUFRN, 2012.

PROJETO VIRAVIDA – SESI/RN. Relatórios de entrevistas do Processo de Inserção do ano de 2013. Natal, 2013.

SALUM, Maria José Gontijo. O sujeito de direitos, o ECA e o sujeito adolescente. In: **Criança e adolescente: sujeitos de direitos.** – Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010, 220 p.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no Brasil:** mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.

SILVA, Mário Ângelo. A questão social, vulnerabilidades e fragilidades dos sistemas de proteção social no Brasil. In: **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual.** Brasília/DF: VIOLES, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas:** caracterizando e problematizando a realidade brasileira. – Florianópolis: Revista Katálysis, vol. 13, nº 2, jul./dez 2010.

SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Relações teoria-prática – o processo de assessoria/consultoria e o serviço social.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, N. 56, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira Silva e. **As Políticas de Enfrentamento à Pobreza no Brasil.** Mini-curso In Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP, 3, 2007. **mais...** São Luís, Maranhão: UFMA, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em Massa: geopolítica da fome**. Tradução José Paulo Netto. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS

INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS

Perfil

1. Gênero
2. Idade
3. Escolaridade
4. Renda
5. Raça
6. Filhos
7. Bairro

QUESTOES NORTEANTES

Motivações para procurar o ViraVida

Como/porque chegaram à exploração

Quanto tempo estão inseridas/os no âmbito da exploração sexual

Aspectos familiares relevantes à pesquisa